

ATA N.º 4/2020:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2020:

No dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na sede do Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores - Freguesia de Pinhal Novo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 2.ª Alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023

PONTO 2 – Aceitação de doações - ratificação

PONTO 3 – Aceitação de doações

PONTO 4 – Adesão do Município de Palmela à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

PONTO 5 – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização

PONTO 6 – Projeto do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas

PONTO 7 – Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) – Início de discussão pública

PONTO 8 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos - Adjudicação

PONTO 9 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020»

PONTO 10 – Concurso público para "Prestação de serviços de gestão de resíduos no concelho de Palmela – Abertura de procedimento"

PONTO 11 – Palmela Desporto, E.M. – Proposta de novos preços para a Época Desportiva de 2019/2020 – Ginástica Pré Parto e Pós Parto – sentido de voto do Município

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Carnavalesco Amigos de Baco de Pinhal Novo para a realização do Carnaval 2020

PONTO 13 – Contrato-Comodato entre o Município e a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo e a Associação das Festas de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local

RETIRADA DO PONTO 1 - 2.ª Alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 2/2020, da reunião ordinária de 29 de janeiro de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Raul Cristovão, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente nesta reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO/A SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS E CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 29.01.2020 a 19.02.2020.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 03.02.2020 a 14.02.2020.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento, à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 05.02.2020 a 18.02.2020, no valor de 1.632.285,29 € (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18.02.2020, apresenta um saldo de 13.933.209,81 € (treze milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e nove euros e oitenta e um cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 12.646.099,46 € (doze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, noventa e nove euros e quarenta e seis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.287.110,35 € (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil, cento e dez euros e trinta e cinco cêntimos).

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, depois segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DA FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** refere que no âmbito da semana dedicada à freguesia de Pinhal Novo, foram realizadas, na segunda-feira, reuniões de trabalho internas com os técnicos do município para recensear um conjunto muito significativo de questões pendentes que estão por resolver na freguesia e preparar alguns dossiês de obras que estão previstas visitar durante esta semana. Foram também efetuadas deslocações a locais que estavam sinalizados por vários municípios, sobretudo sobre algumas situações problemáticas e depois, realizaram na terça-feira, durante toda a manhã, uma reunião de trabalho com o executivo da Junta de Freguesia, na qual, para além de discutirem matérias relacionadas com a rede viária, limpeza urbana, equipamentos coletivos e muitos outros assuntos de gestão corrente, também relacionados com sinalização de

trânsito e iluminação pública. Nesta reunião também discutiram alguns assuntos que a Junta de Freguesia apresentou, relacionados com alguns investimentos e projetos que gostariam conjuntamente de ver implementados na freguesia. Depois, percorreram a EM 575 para analisar a questão da melhoria das bermas, até porque a Rua dos Ferroviários já tem o projeto terminado em termos de drenagem pluvial e repavimentação; também visitaram Valdera, Carregueira e, no Bairro Abreu Grande, falaram com moradores sobre questões relacionadas com a infraestruturação e ligação de saneamento, numa zona que é periurbana e que tendo atualmente um emissário da Simarsul por perto, permite o desenvolvimento desses projetos e falaram também de pavimentações naquela zona, nomeadamente na Rua do Moinho, Rua das Flores, Rua de Ceuta e outras adjacentes. Percorreram ainda algumas zonas que são consideradas problemáticas relativamente ao trânsito no centro do Pinhal Novo e em zonas onde têm ocorrido mais acidentes, para estudar algumas medidas de dissuasão de velocidade e algumas soluções inovadoras como cruzamentos com uma zona sobrelevada, porque um pouco por todo o lado as pessoas pedem lombas, mas estas não podem ser feitas em qualquer local e, por isso, estiveram a estudar algumas dessas situações. Refere que também reuniram com um grupo de moradores para dar andamento a mais um projeto "(A) gente do Bairro" na área do bem-estar animal, nomeadamente os animais na comunidade, onde munícipes já instalaram e vão ter o apoio técnico e veterinário municipal para mais uma colónia de gatos da comunidade junto a um espaço ajardinado e sobre esta matéria, recorda que o município, não tendo sido pioneiro neste tipo de aldeias e gatis, ainda assim tem inovado e investido muito nesta área e dá nota que já existem no concelho 6 aldeias que estão a contribuir para melhorar o bem-estar dos gatos assilvestrados, a higiene e a imagem urbana e, sobretudo, para controlar as colónias através da esterilização. Reuniram também na Escola Básica Zeca Afonso, uma escola que acolhe atualmente cerca de 4 centenas de crianças do pré-escolar e 1º ciclo, um dos maiores e mais modernos centros escolares do concelho, mas tendo sido inaugurado em 2004, atualmente tem outras necessidades, não só ao nível de algumas reparações e patologias relacionadas com infiltrações que irão ser tratadas numa 1ª fase, na interrupção letiva do Carnaval, mas também numa 2ª fase, nas férias do Verão. Nesta reunião esteve presente a Associação de Pais e a direção da Escola, na qual foi apresentada a ampliação do estabelecimento de ensino na zona de refeitório, a zona de recreio coberto e também a criação de novos espaços de jogo e recreio. Aliás, recorda que o município tem investido centenas de milhares de euros na requalificação de escolas em todos os pontos do concelho e este é mais um investimento na ordem dos 400.000€.

Refere ainda que, na terça-feira, durante o período da noite, foi importante para quem pôde comparecer na apresentação da mostra de projetos municipais para a freguesia de Pinhal Novo, pois trata-se de 18 projetos com algum impacto financeiro que tiveram a oportunidade de apresentar à comunidade; projetos na área do saneamento, rede viária nas zonas rurais e repavimentações no centro da vila; o projeto para o Monte do Francisquinho, para o Largo da Mitra que estão em curso e outros que são apenas projetos novos que, a partir da aprovação dos empréstimos, vão estar em condições de se poder lançar os concursos. Destes 18 projetos,

um deles vai arrancar aqui na Lagoa da Palha com a infraestruturação da Rua da Herdade, Rua Júlio Dinis, Rua Joaquim Agostinho, Rua 1º de Maio, Rua do Olival, num investimento superior a 450.000€. Portanto, são 18 projetos que vão continuar expostos na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo e que significa um investimento superior a 4 milhões de euros, porém, não representa o volume de investimento para este ano na freguesia de Pinhal Novo que é muito superior, considerando não só obras que já estão lançadas, mas também outras que não estão presentes nos projetos e que têm sido obras votadas no âmbito dos processos de participação do "Eu participo". Adianta, em matéria de pavimentações, porque nestas zonas rurais, esta questão discute-se muito, nomeadamente o Aceiro da Fonte da Prata, a Rua do Montinhoso, a Rua dos Vinhedos, a Rua dos Ferroviários, o Aceiro do Miranda, a Rua João de Deus em Pinhal Novo, a Rua 1º de Maio na Quinta do Sobral. Depois, na área do saneamento, destaca um investimento de cerca de 500.000€ na zona da Lagoa da Palha e também aquilo que está previsto ser feito na zona da Carregueira, Olhos de Água e cada um destes blocos de infraestruturas de saneamento, sem qualquer comparticipação de apoio ou financiamento comunitário, resultam num investimento de cerca de 500.000€ e servem ainda poucas pessoas. Aliás, as Entidades Reguladoras desaconselham este tipo de investimento, mas em Palmela continuam a cumprir, não só um conjunto de compromissos assumidos, mas também o facto de considerar que mesmo nas zonas periurbanas, onde foi permitida a construção, embora tenha sido permitido com auto-infraestruturação, poder paulatinamente, em zonas onde existem emissários da Simarsul, ampliar a rede de saneamento, que já é uma das mais extensas da Área Metropolitana de Lisboa, porque Palmela é um concelho muito grande e muito disperso e, se nos centros urbanos estas infraestruturas servem cerca de 10 a 15 mil pessoas, nestas zonas rurais, serve um universo de 100 habitações.

Refere que durante estas semanas dedicadas às freguesias é habitual visitar algumas obras e alguns locais que necessitam de obras e, no âmbito destas visitas também é um hábito visitar algumas atividades económicas da freguesia e desta vez, entenderam dar visibilidade a projetos que são resilientes que têm acrescentado valor ao território e que são diferenciadores. Destaca a visita à Lusoverde, um Centro de Jardinagem que tem, de facto, uma oferta muito acima daquilo que é visível por quem passa por ali, tratando-se de uma das empresas com maior qualificação, variedade e qualidade de plantas na freguesia, depois passaram no Aceiro da Fonte da Prata, na zona da fonte da Vaca, para perceber o trajeto e o projeto de pavimentação; de seguida visitaram uma loja inovadora, localizada na zona sul do Pinhal Novo, porque o comércio local também tem de ser divulgado e acarinhado, ainda mais numa zona que está um pouco desertificada, que é a "Bioespantinho" que se dedica, sobretudo a produtos biológicos, desde mercearia a produtos de higiene biológicos, todos eles certificados e com a vantagem de procurar comprar a produtores locais de agricultura biológica que existem no concelho. Uma vez na zona, visitaram o Largo da Mitra para explicar o conceito da obra que ali vai ser feita, de intermodalidade e ligação, pois não se trata apenas de uma bolsa de estacionamento, mas sim um espaço muito requalificado. De seguida, passaram pela urbanização Vale Flores, que durante muitos anos, foi vandalizada várias vezes e, atualmente está a ser feito um esforço

para repor as infraestruturas de gás e eletricidade, porque começa de novo a haver uma dinâmica urbanística e quem ali compra lotes tem o direito de apresentar a comunicação prévia e começar a construir, aliás, recorde que no ano passado foram lançadas duas empreitadas e, por essa razão foram visitar para observar o desenvolvimento; depois passaram pelo Monte do Francisquinho para conhecer o espaço onde vai ser feito o projeto de respostas sociais e multiusos, o terreno que o município cedeu para a AAJONG para a construção da sua sede e uma escola de música e Conservatório; posteriormente visitaram 2 troços da obra de regularização da Ribeira da Salgueirinha para perceber a complexidade daquela obra. No âmbito destas visitas, foram até à Lagoa da Palha para verificar os espaços onde ocorre a ampliação da rede de saneamento; depois visitaram o Centro Hípico Quinta do Rei, um espaço que já existe há algum tempo e que tem feito um trabalho com certificação e qualidade, desenvolvendo atividades de aprendizagem equestre e nesta lógica da formação no turismo equestre, atualmente é algo que acrescenta valor às zonas rurais. Em seguida, deslocaram-se ao loteamento da Quinta dos Farias, um outro loteamento abandonado, cujo projeto da estação elevatória vai ser adjudicado por 26.000€, e depois da estação elevatória e da recuperação das infraestruturas, será um loteamento que certamente irá também começar a receber projetos de comunicação prévia e vai certamente intensificar-se a construção ali, mesmo à entrada do Pinhal Novo, junto ao Bairro do Pinheiro Grande, que também visitaram, cujas obras estão em desenvolvimento, pois era um Bairro que tinha um plano de pormenor há mais de 25 anos e que tem tido paulatinamente algumas ruas infraestruturadas e depois de um esforço maior efetuado nos últimos tempos, sobretudo de infraestruturização em arruamentos, já com o saneamento e remodelação da rede de águas pluviais que depois de ligado à estação elevatória vai permitir a utilização dessa rede. No âmbito destas visitas, terminaram no Jardim José Maria dos Santos, cujas obras estão prestes a concluir e quem visita atualmente o espaço já consegue perceber melhor a intervenção que ali está a ser feita e quando estiver tudo a funcionar, certamente reconhecerá a qualificação e a excelência daquilo que foi feito.

Durante a tarde de quarta-feira foi realizada uma reunião na Escola Básica 2+3 José Maria dos Santos, até por causa da questão da descentralização de competências nos municípios, numa tentativa de passar matérias que habitualmente são da responsabilidade da Administração Central sem as devidas compensações financeiras e, uma vez que é uma questão que poderá acontecer a partir de 2021, pelo que, com base no reconhecimento dos problemas que aqueles edifícios têm, sobretudo na conservação e manutenção que não se resolvem com uma verba de apenas 20.000€. Portanto, esta reunião com a direção da escola serviu também para perceber o que é necessário ali fazer, até porque são obras muito mais avultadas do que se pensava.

Para a quinta-feira à noite, está prevista uma reunião com todo o movimento associativo, cultural, recreativo e desportivo da freguesia e na sexta-feira irá ser feito como é habitual, o atendimento de vários vereadores com pelouros na junta de freguesia e no mercado municipal. Destaca ainda que na quinta-feira, durante a tarde, está prevista uma reunião com técnicos das Infraestruturas de Portugal, não só por causa da variante à EN252 de que irá falar daqui a

pouco, mas, sobretudo por causa das negociações, tendo em vista a desnacionalização desta estrada nacional, sobretudo a parte que atravessa o Pinhal Novo. Recorda que ao longo dos anos, o município tem feito algumas propostas e amanhã vão retomá-las, pelo que espera que desta reunião possam sair boas notícias, pois de igual forma fizeram recentemente durante a semana da freguesia em Águas de Moura, da qual se conseguiu contratualizar a desnacionalização de um troço da EN5, aquele que atravessa Águas de Moura. É evidente que estas questões envolvem custos para o município, nomeadamente na conservação e reparação, mas depois também há a vantagem de quando pertencer ao município, se poder efetuar determinadas obras e ajustamentos sem ter de esperar por autorizações de entidades externas. Porém, nesta questão da desnacionalização destes troços de estradas, o município procura que nessa transição, essas estradas estejam devidamente repavimentadas e pintadas. Na questão do Pinhal Novo, algumas destas reivindicações prendem-se também com a necessidade de ver resolvidos alguns problemas de trânsito, nomeadamente a construção de algumas rotundas, uma à entrada do Parque industrial Vale do Alecrim, a semaforização à saída da zona da Vila Serena, mas para que isto possa ser exequível é preciso desnacionalizar aquele troço com a exigência de algumas obras, para depois ser possível ao município assumir a responsabilidade de executar determinadas obras.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. Francisco Arzileiro (1.)

Cumprimenta os presentes e começa por referir que é residente em Pinhal Novo e aproveita esta reunião de Câmara, realizada no âmbito da semana dedicada à freguesia de Pinhal Novo, para falar sobre um problema que a população do Pinhal Novo é atualmente confrontada, ou seja, com o mau trabalho que a empresa Amarsul tem prestado à freguesia e à população de Pinhal Novo, colocando em causa a autarquia. Há cerca de 4 ou 5 meses e ainda nos dias de hoje, os contentores de reciclagem, quer os de papelão, quer os de plásticos sofrem de um esquecimento por parte da Amarsul, sendo esvaziados poucas ou até nenhuma das vezes. Refere que depois de vários telefonemas para o número verde, que nunca atende, lá conseguiu uma vez ser atendido, onde tanto reclamou que conseguiu que os contentores fossem vazados, mas foi uma felicidade que durou muito pouco tempo. Ainda hoje, em pleno centro da vila de Pinhal Novo, concretamente do lado Norte e em alguns pontos do lado Sul, pode-se verificar que há cartão e plástico à volta dos referidos contentores, porque os mesmos encontram-se cheios, já com as tampas levantadas ou rebentadas, a transbordar de cartão e plástico em seu

redor. No dia de ontem conseguiu telefonar para o tal número verde, foi atendido e disseram que iriam recolher hoje pela manhã, mas no lado norte da vila, até há pouco, nada tinha sido recolhido, os contentores continuam cheios e o lixo continua em redor desses contentores. Portanto, acredita que a autarquia paga à Amarsul o suficiente para que este tipo de situações não aconteça, mas, infelizmente acontece e esta situação coloca os cidadãos contra a autarquia e que na verdade não é bem assim. Refere ainda que o mesmo se passa com o lixo doméstico em redor dos contentores, porque determinados cidadãos, para não sujar as mãos e levantar a tampa do contentor, deixam o lixo ao lado do contentor, portanto, considera que os pinhalnovenses sempre foram e sempre serão sempre gente de bem, e não gente porca com má educação e, acrescenta que com a vinda de gente nova, alguns com maus hábitos, têm ajudado ao estado de sujidade que o Pinhal Novo se encontra, mas os novos contentores que foram colocados pela Amarsul também não ajudam. Depois, pede, se for possível, a criação de uma paragem do circuito urbano junto à nova Unidade Familiar de Saúde, pois a que existe está muito distante, sobretudo para pessoas que têm dificuldade de mobilidade.

Sr. Roberto Cortegano (2.)

Cumprimenta os presentes e refere que é munícipe do concelho de Palmela, freguês da freguesia de Pinhal Novo e também autarca pelo PSD na Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo e refere isto, porque muitas das questões que vai apresentar, costuma apresentá-las imensas vezes nas assembleias de freguesia de Pinhal Novo, mas a resposta que recebe frequentemente é que são assuntos da competência da Câmara Municipal de Palmela e por isso está aqui presente para apresentar alguns desses assuntos. É habitual nesta altura do ano o Sr. Presidente da autarquia vir ao Pinhal Novo apresentar uma montra de alguns projetos novos, uns que são falados há muitos anos e que não se iniciaram, outros que já iniciaram e não se sabe quando terminam e mais uns que já terminaram depois de ter sido anunciados há muitos anos, como por exemplo, a ecopista que foi terminada, com certeza, uma obra que traz grande mobilidade de qualidade ao Pinhal Novo e desenvolvimento para a sustentabilidade ambiental, mas pergunta onde está a mobilidade de qualidade na zona rural, por exemplo na Lagoa da Palha onde está a decorrer esta reunião, uma zona onde o alcatrão pouco chega e onde chega, está num estado lamentável, os quilómetros de aceiros passam o ano em péssimo, apesar de saber que é uma delegação de competências da Junta de Freguesia, mas que alega e, provavelmente, com razão, que não tem a verba necessária da autarquia para conseguir ter os aceiros ao longo do ano, assim como as suas bermas, em bom estado. Também questiona onde está a mobilidade de qualidade também no centro urbano do Pinhal Novo, sobretudo para quem tem de passar nas passagens por cima da linha férrea a pé e em más condições. Onde está a sustentabilidade ambiental na recolha do lixo, que tem-se visto nos últimos tempos a qualidade que tem tido, ou a limpeza, quer na zona urbana, quer na zona rural. A sustentabilidade ambiental, onde o saneamento básico não chega a todos os sítios da zona rural e também em alguns sítios no centro do Pinhal Novo. Portanto, onde está a mobilidade de

qualidade numa obra que o Sr. Presidente já falou várias vezes, o piso envolvente à Praça da Independência, a obra muito falada e que está agora em execução, o largo José Maria dos Santos, que considera daquilo que tem assistido, é mais uma daquelas obras como muitas que são feitas no Pinhal Novo, com pouco planeamento e pouco pensamento no futuro, ou seja, um pouco ao sabor do pensamento do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pinhal Novo. Aliás, começa na paragem para os autocarros que foi logo esbarrar numa árvore que ali está, que o Sr. Presidente referiu que não iria ser arrancada, mas já foi cortada. Depois, segundo o Sr. Presidente refere, que é uma obra que aumenta a mobilidade, mas aumentará, com certeza, porém considera que não resolve os problemas estruturais daquela zona de forma alguma, ou seja, quando se entra na rua da estação ferroviária, o coração do Pinhal Novo, o sítio onde mais pessoas entram e saem do Pinhal Novo, o trânsito continua a não fluir, porque chega ao final dessa rua, em frente ao edifício Santa Rosa, não se consegue circular. Depois o triângulo dos Pinheirinhos, ainda no ano passado se falou também na reunião descentralizada da autarquia, continua sem solução. Depois, o Sr. Presidente anunciou como prenda, o museu do ferroviário, mas, de facto, foi dito abriria durante o ano 2018, mas estão em 2020. Depois, a urbanização de Vale Flores, que felizmente e finalmente estão a construir nos loteamentos que estavam abandonados, mas considera que é preciso que se façam estas obras com algum ordenamento do território, com algum planeamento, porque todos sabem e quando por ali passam, aquelas garagens que foram construídas até à janela do 1º andar dos prédios que já lá existiam e apesar de saber que o regulamento de urbanismo e edificação da Câmara foi alterado para que situações destas não pudessem voltar a acontecer, mas é certo que aquilo que lá está, ficou, e assim ficará.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Roberto Cortegano não está aqui a colocar nenhuma questão, mas sim a fazer demagogia e um comício e refere que isso é bom para a Assembleia Municipal e para a Assembleia de Freguesia, portanto, coloque as questões, em vez de fazer considerações dessa natureza, mas naturalmente que pode continuar a sua intervenção.

O **Sr. Roberto Cortegano** refere que como o Sr. Presidente tem referido publicamente, os pinhalnovenses que se queixam e se sentem mal na terra deles, têm o direito de se queixar e não andam a caluniar o Pinhal Novo, como o Sr. Presidente refere. Aliás, como autarca, não tem o direito de se calar, por isso vem aqui falar e o Sr. Presidente vai ter de ouvir. Depois, um outro projeto, que não tem sido referido, aquela na entrada do Pinhal Novo, de quem vem de Palmela, nas antigas instalações da Cerapa, está a ser construída uma bomba de gasolina e, depois de tantos anos, de se ter falado em grandes edificações, grandes projetos, portanto, a captação de investimento que há aqui na freguesia, foram umas bombas gasolina que ali estão a ser construídas. Lamenta não pensar da mesma forma que o Sr. Presidente da autarquia e gostava muito que o Pinhal Novo fosse uma smart city, tal como o Sr. Presidente alega, uma cidade inteligente, mas não concorda com isso e aquele que não concorda também tem o direito de reclamar.

Sr. António Custódio (3.)

Cumprimenta os presentes e refere que é residente na Rua dos Ferroviários e desde que aquela rua levou os esgotos em 2010, nunca mais arranjada, nem uma pazada de terra leva nos buracos, tem uma vala de 2 metros por 1 metro e quando chove, a água escorre pela rua e não pela vala. Refere que o Sr. Presidente já tinha dito que a autarquia iria intervir, mas até lá que tapem alguns buracos.

Sra. Saskia Tomé (4.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside na Rua da Eira. Vem à reunião por causa de um pedido de apreciação que foi enviado à Junta de Freguesia, no dia 10 de maio de 2019, após uma conversa com o Sr. Presidente da Junta, referente a um pedido que foi feito pelos moradores do Bairro do Pinheiro Grande por não haver nenhum transporte público. Refere que na altura, foi feito um requerimento de apreciação, até com algumas opções de se colocar ali uma paragem perto do Colégio da Palmeira, que iria satisfazer as necessidades de uma população mais idosa que reside naquela zona, como também as crianças que estão em idade escolar e que, atualmente têm de ser transportadas por transporte próprio dos pais. Naquela zona só existe uma paragem junto ao posto da GNR e junto à Vila Paraíso, portanto, é justamente aquele troço que é o mais complicado para circular, sobretudo para crianças de 10 a 12 anos. Até à data, continua à espera de uma resposta, e como referiu, enviou um email no dia 10 de maio à Câmara Municipal de Palmela e gostaria de ver esta situação resolvida até ao próximo ano letivo.

Sr. Floriano (5.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside na rua mais conhecida aqui da zona, mas que parece não constar no mapa da autarquia, porque já da última vez que foi a uma reunião de Câmara, falaram no Aceiro do Marcolino, no Aceiro do Miranda e ninguém falou no Aceiro do Anselmo porque parece que não existe. Refere que foi criada uma comissão de moradores entre aceiros, mas aquele ficou esquecido, tanto que o pavimento está sempre em mau estado, quando reclama, a Junta envia lá a máquina para tapar alguns buracos, mas existem alturas que aquele aceiro, não é um aceiro com buracos, mas sim buracos com um bocadinho de aceiro. Da última vez que lá foram, colocaram tout venant à ponta do aceiro e o resto foi a máquina a arrastar, por isso pergunta se a autarquia está a pensar fazer alguma coisa para aquele aceiro. Pergunta ainda se está prevista a colocação de vidrões ali no Aceiro do Anselmo.

Sr. Marco Silva (6.)

Cumprimenta os presentes e refere que também é residente na Rua da Eira e considera que também é uma das ruas que não está dentro dos mapas do Pinhal Novo. Refere que já foram aqui abordados alguns problemas e volta a falar dos contentores do lixo, ou seja, na Rua da Eira só existe um contentor para seis moradias e com mais uma que está a ser construída, totaliza 7 moradias, portanto, só existe um contentor que é despejado apenas uma vez por semana, o que é muito para quem reside naquela zona, até porque ali, todos têm jardins e os verdes passam meses e meses sem ser recolhidos.

Depois, aquela rua foi arranjada pelos moradores, os passeios e a iluminação foram os moradores que trataram e fizeram. Nunca ninguém vai até lá limpar aquela rua, os passeios nunca não são limpos, ninguém passa naquela rua para a limpar e quando chega o verão, existem ervas por todo o lado, e têm sido os moradores a assegurar a manutenção daquela rua. Refere que ficou ontem, a saber que a Rua dos Vinhedos vai ser alcatroada e pergunta se a Rua da Eira vai ou não ser contemplada, porque são mais 200 ou 250 metros e tudo aquilo ali ficava resolvido. Refere que tem esperança, tal como os seus vizinhos para que aquela rua seja, um dia, alcatroada, porque também residem no Pinhal Novo, também pagam as contas e estão ali muito abandonados e é muito penoso para quem vive naquelas condições, portanto, vem apelar à autarquia para ter atenção aquela rua.

Face às questões apresentadas pelo Público, são dadas as seguintes respostas:

O **Sr. Presidente** dá a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho para intervir.

_ Em resposta ao Sr. Francisco Arzileiro (1.), a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e refere que relativamente à questão de Amarsul que é muito pertinente, até porque em matéria de recicláveis a competência não é da Câmara Municipal de Palmela, nomeadamente a sua recolha e tratamento, é da competência do Sistema Multimunicipal, cuja empresa é a Amarsul e, de facto, têm vindo a ser contemplados com uma péssima prestação de serviço por parte da empresa multimunicipal, sobretudo com este reforço que fizeram dos novos ecopontos de 1100 litros que, por um lado e sendo positivo, porque permite que todos possam com uma maior proximidade fazer a deposição, também é verdade que, em termos de periodicidade de recolha, não têm o equilíbrio desejável e, de facto tem-se visto o espaço público conspurcado, por falta de uma eficiente recolha e de uma falta de periodicidade que seja consentânea com aquilo que é a deposição de cada um. Por outro lado, aquilo que também foi dito, prende-se também com o facto de ainda haver muitas/os cidadãs e cidadãos que têm práticas indevidas, levando a que o dinheiro público acabe por ser canalizado para uma remoção de resíduos indevidamente depositados. Portanto, isto quer dizer que têm os ecopontos, aliás ainda hoje, na visita que fizeram ao Pinhal Novo puderam observar um ecoponto dos grandes vazio e à sua volta várias caixas de papelão, portanto, não é a abertura pequena dos novos ecopontos, o problema reside na falta de cidadania de alguns/as que não

colocam o lixo, verdes e monos, no local certo, no dia certo. Portanto, existem 2 situações no concelho, uma é a falta de periodicidade na recolha por parte da empresa, que prejudica a imagem urbana e a qualidade de vida de todos e, por outro lado, os comportamentos indevidos, as condutas indevidas, porque ainda existem alguns cidadãos que fazem todos pagar pelos seus comportamentos de parca cidadania.

Refere ainda que o município tem feito junto da Amarsul reivindicações, quer por escrito, quer em sede de Assembleia Geral, porque os municípios são clientes e são também acionistas da empresa multimunicipal, portanto, têm vindo a reivindicar o reforço dessa periodicidade adequada, o reforço da limpeza ao redor dos ecopontos, porque aquilo que muitas vezes se vê à volta dos ecopontos e também à volta dos contentores do lixo indiferenciado, são materiais recicláveis que têm sido os trabalhadores da autarquia a apanhar e depois tem sido o município a pagar duplamente à Amarsul por um trabalho que tinha de ser feito pelos trabalhadores da Amarsul, sendo o município duplamente penalizado. Refere que mesmo antes de chegar à reunião de Câmara, recebeu um telefonema por parte do diretor de comunicação da Amarsul a dizer que iriam contratualizar uma equipa para fazer a limpeza à volta dos ecopontos, em parte, muito pela pressão que os municípios têm feito, mas o papel do cidadão também é muito importante, porque o problema do lixo e dos recicláveis não é um problema só das autarquias, é um problema de cada cidadão e da sociedade em geral, portanto, o que o Sr. Francisco Arzileiro fez, é exemplar e também todos devem fazer pressão junto da Amarsul, para aquele número que está divulgado ou através do endereço eletrónico, que também existe, porque todos juntos, com certeza que conseguem fazer mais e melhor, em prol da imagem urbana e do Ambiente que querem para o concelho.

_ Em resposta ao Sr. Marco Silva (6.), a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que relativamente à questão dos contentores, muitas das questões que são aqui colocadas e, começando pela questão colocada pelo Sr. Marco Silva, a recolha no local que indicou é feita 2 vezes por semana, portanto, se está a ser feita apenas uma vez por semana, de facto é uma falha da autarquia que terá de analisar o que se passa. Ainda assim, registou a necessidade para a colocação de mais contentores e, certamente que em breve essa situação irá ser regularizada, com mais contentores.

Depois, em relação ao lixo que existe em redor dos contentores, sejam eles indiferenciados ou de recicláveis, aparece aquilo que não deve, porque ou é alguém que não quer sujar as mãos, ou porque está um mono que foi depositado. Aliás, os contentores têm a informação dos dias que deve ser feita essa deposição. Portanto, o problema dos lixos é um problema tão grave e ao mesmo tempo tão simples, se cada um cumprisse a sua missão. Porque existe a recolha de monos, existe um contacto telefónico e está referenciado o dia para a deposição e, se todos cumprissem, tanto o carro que recolhe o lixo, como o carro que recolhe os monos, passam para recolher nesses períodos, mas o problema é que nem todos cumprem, sem prejuízo, quando também acontece, muitas vezes, ter o equipamento avariado e, nessas circunstâncias pode

obviamente, ocorrer atrasos na recolha, mas é impossível continuar a reforçar o investimento que tem sido feito na recolha, ao longo destes anos, com a falta de cidadania que existe e esclarece que a Câmara Municipal de Palmela aumentou os dias de recolha, as lavagens, comprou equipamento novo, reforçou o número de trabalhadores e mesmo logo a seguir à recolha, imediatamente é depositado monos e lixo comum que deveria de ter sido depositado antes ou depois, nos dias que estão referenciados para a recolha.

_ Em resposta ao Sr. Francisco Arzileiro (1.) a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a questão da paragem de circuito urbano já foi colocada à TST e, até lá vão ser disponibilizados os meios da autarquia para colocar a paragem junto à Unidade de Saúde Família do lado Sul, até porque o autocarro passa nessa rua e apenas está em falta a indicação de paragem.

_ Em resposta ao Sr. Roberto Cortegano (2.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à intervenção do Sr. Roberto Cortegano, de facto, não houve questões, houve considerações e naturalmente tem direito à sua opinião de natureza político-partidária, ainda assim, lamenta que não tenha estado presente, ontem, na mostra de projetos em Pinhal Novo e que não tenha estado noutros momentos, por exemplo, quando se discutiu por duas vezes o projeto referente ao Largo José Maria dos Santos na junta de freguesia, até para poder confrontar a sua opinião com a opinião de outras pessoas. Acrescenta ainda que felizmente, aquilo que o município tem no seu programa de mandato, tem cumprido e é público e está disponível para quem quiser verificar. Quanto à natureza de algumas opções, felizmente, são participadas, ao contrário daquilo que o Sr. Roberto Cortegano referiu, não partem da vontade do Presidente nem da Vereadora ou Vereador, são situações que têm, felizmente, a participação de muitos municípios, mas obviamente que nem todos têm a mesma opinião, porém ninguém se pode queixar de falta de oportunidade para participar e de apresentar as suas propostas, soluções e, sobretudo pela positiva, que é algo que nem sempre aparece da parte de algumas pessoas.

_ Em resposta ao Sr. António Custódio (3.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à Rua dos Ferroviários, efetivamente o município tem procurado sensibilizar a junta de freguesia, para a necessidade de ir fazendo ali alguns arranjos até obra começar. Aliás, aquilo que ficou decidido, no final do ano passado, por via do "Eu Participo" foi priorizar aquela intervenção, que não vai ser apenas uma intervenção de pavimentação, foi elaborado um projeto que vai contemplar as águas pluviais coletadas, portanto, a vala de escoamento de águas pluviais vai desaparecer, dando lugar a sumidouros e no final do arruamento, no entroncamento com o Aceiro do Anselmo, será colocado na linha de água definida pela Agência Portuguesa do Ambiente, as águas da chuva. É uma obra que espera ver concluída este ano, aquando da revisão ao orçamento, haverá condições para lançar a empreitada e como é uma obra relativamente pequena, com uma extensão de cerca de 300 metros, provavelmente irá estar

concluída no final do Verão. Entretanto, em conjunto com a Junta de Freguesia, vão procurar passar ali com a máquina para tapar aqueles buracos que lá estão.

Um munícipe intervém, não usa o microfone, pelo que não é perceptível, para além de não ser possível identificar em ata, também não é possível transcrever.

_ Em resposta à Sra. Saskia Tomé (4.) o **Sr. Presidente** questiona se estava a referir-se ao transporte escolar ou se ao circuito urbano?

A **Sra. Saskia Tomé** responde que estava a referir-se ao circuito urbano.

O **Sr. Presidente** esclarece que o circuito urbano, naturalmente, nunca irá a esse local, porque o circuito urbano é definido em função do número de utilizadores para a carreira ser minimamente rentável e neste momento, o município passou a ter essa competência, com a delegação da concessão dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa, na qual o município paga 1.280.000€ por ano, para que os municípios possam circular em toda a Área Metropolitana de Lisboa com passes mais baratos, mas quando entraram neste sistema, como entraram os restantes municípios, para a criação de uma futura concessão que prevê o alargamento da oferta, e nessa condição foram feitos estudos e, não pode haver nem deve andar um autocarro com 2 ou 3 pessoas para as zonas periurbanas, havendo soluções, nomeadamente o denominado transporte a pedido, o transporte flexível, que não tem um horário definido. Foi realizado um estudo dessa natureza para o município de Palmela para propor quais são as carreiras que devem entrar neste concurso público internacional que foi lançado com toda a pompa e circunstância na terça-feira de manhã. Portanto, haverá certamente outras carreiras nas zonas rurais, mas o circuito urbano se for deslocalizado para zonas periurbanas, não vai cumprir com os atuais horários e é preciso ter em consideração que até mesmo o atual circuito demorou anos a consolidar-se. Portanto, para as zonas periurbanas estão preconizadas a criação de outras carreiras de transbordo, nomeadamente aquelas que hoje servem exclusivamente o transporte escolar pode vir a servir também o público em geral e alguns desses irão fazer desvios por alguns arruamentos, quando forem consolidados e tiverem condições para circular, por exemplo, enquanto a Rua dos Vinhedos não estiver arranjada, não faz qualquer sentido passar ali um autocarro perto da Rua da Eira. Mas naquele enclave, na Rua Infante Dom Henrique que dá para o Bairro do Pinheiro Grande, os transportes, neste momento, mesmo estes que passam na EM 533-1, não fazem o desvio para ir ali apanhar pessoas, aliás, questionou se era transporte escolar, porque se fosse transporte escolar seria outra questão, porque é um circuito específico pago pela autarquia para transportar as crianças, com uma maior cobertura do que aquela que a lei propõe, portanto, incluindo mais gente, mas nestas zonas dificilmente este circuito urbano irá a essas zonas. Poderá eventualmente haver outros, porque é uma questão de oferta e procura, até porque são os operadores que vão fazer isto, não vai ser um circuito operado pelo município. É preciso

contratualizar mais circuitos e os transportes que agora parecem tão baratos, se adquirir apenas um bilhete, esse bilhete tem um custo bastante elevado, porque passou a ser pago ao quilómetro, ou seja, atualmente quem apanhar o autocarro do circuito urbano, por exemplo, junto ao cemitério velho e se deslocar até à Escola Secundária terá de pagar quase 3€ e por isso acaba por ser mais vantajoso adquirir o passe. Portanto, a rede de transporte tem de ser montada em função do crescimento de algumas zonas e as zonas periurbanas não são zonas urbanas, não têm de ter um circuito permanente, mas podem ter zonas de atravessamento de transporte a determinadas horas, por exemplo, nesta concessão, o município propôs ligações entre Poceirão e Marateca, onde só há para transporte escolar e é necessário começar por consolidar os utilizadores e é por essa razão que nestas zonas periurbanas se estuda atualmente a viabilidade de um transporte flexível, ou seja a pedido das pessoas, com veículos de transporte de passageiros mais pequenos e certamente que irá ser uma solução que irá ser experimentada.

A **Sra. Saskia Tomé** coloca uma questão, mas não é audível na gravação, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** esclarece sobre o transporte escolar, aquando da matrícula das crianças na escola, deverá dizer que pretende transporte escolar e depois irá ser analisado se em relação à distância onde mora e o percurso casa-escola se tem direito ou não ao transporte escolar. O transporte escolar não vai buscar as crianças porta à porta, mas é definido um local onde possam apanhar as crianças e irá ser um autocarro ou uma viatura do município de 4 lugares ou 9 lugares e trata-se de circuitos que estão organizados de forma a garantir a frequência escolar das crianças.

Mais um munícipe coloca uma questão, mas não é audível na gravação, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** explica que para o transporte escolar existe uma legislação nacional que diz que as crianças até ao terceiro ciclo do ensino básico têm de ter transporte se morarem a mais do que X quilómetros e no ato da matrícula, os encarregados de educação deverão fazer esse pedido. No ensino secundário é diferente, porque os jovens já têm outra autonomia e atualmente os passes são comparticipados a 50%, mas irão ser comparticipados a 100%. Portanto, em relação ao transporte escolar é um direito que os senhores e senhoras têm quando fazem a matrícula, mas devem solicitar o transporte escolar e isso é feito assim desde sempre, aliás, o município investiu neste sistema metropolitano 1.200.000€ em transportes, verba que inclui o transporte escolar, aliás, o município transporta crianças desde a Aldeia Nova da Aroeira para várias escolas do concelho, abrangendo os 465 quilómetros quadrados do concelho e é um direito, no âmbito da escolaridade obrigatória. Se não estão a utilizar este direito terá sido, provavelmente por alguma falta de esclarecimento no ato de matrícula, porque o município garante transporte a todas as crianças em qualquer estrada ou aceiro do concelho.

_ Em resposta ao Sr. Floriano (5.) o **Sr. Presidente** esclarece que relativamente à colocação de vidrões no Aceiro do Anselmo, a Amarsul está num processo de procurar disseminar a possibilidade de se fazer recolha seletiva, que é louvável e em 6 meses a península de Setúbal conseguiu aumentar de forma muito significativa a percentagem para atingir os mínimos que a União Europeia exige para retirar material reciclável dos aterros, aliás, vão todos pagar mais na taxa de gestão de resíduos no atual Orçamento de Estado por causa destas questões de redução de aterros sanitários e tentar reciclar mais. Também é um facto que a Amarsul está a fazer isto de uma forma apressada, sem planeamento, sem articulação com o município e, neste momento, existem contentores de reciclagem espalhados por todo o concelho, aliás no Pinhal Novo tem sido uma confusão e, nas zonas rurais que sempre padecerem de falta de ecopontos, atualmente estão a ser colocados um pouco por todo o lado e o município ainda não estabeleceu com a Amarsul os locais onde irão fazer as gares para acomodar esses ecopontos. Numa 1ª fase começaram por colocar os contentores para o cartão e o plástico e, depois, será colocado um vidrão junto dos contentores de recicláveis de cartão e plástico, mas não será colocado em todo o lado, porque o vidrão obedece a um outro rácio, ou seja, está ligado à acessibilidade ao serviço e vão estar mais perto das habitações, mas no caso dos vidrões vão ser mais espaçados e, obviamente, irão ser estudados com a Amarsul os sítios de maior passagem, para que as pessoas, numa determinada área, possam também colocar os vidros.

Quanto à manutenção do Aceiro do Anselmo, refere que a Junta de freguesia tem debatido esta questão da manutenção do aceiro, porque as máquinas e os operadores, sobretudo quando começa novamente a chover, não conseguem terminar o arranjo, portanto, está equacionada a necessidade de procurar fazer uma compactação melhor do toutvenant ao longo do aceiro e também alargar as bermas e valetas. Em relação à pavimentação, de facto, a Associação de Moradores que foi criada tem falado desse Aceiro, como falou do Aceiro do Miranda que já está em projeto e foi primeiramente o Aceiro do Marcolino, porque era um aceiro que já estava preparado para levar os esgotos e, obedeceu a esse critério de prioridade, mas essa obra já esteve no "Eu participo", esteve inclusivamente em votação, mas não está no plano da autarquia fazer neste mandato, aliás, não está incluído em nenhuma promessa eleitoral, contudo tem sido feito pelo município, muito mais do que aquilo que está no programa eleitoral e esse aceiro está a ser alvo de um estudo, apesar de não estar ainda no plano de investimentos. Até lá, vão procurar tratar melhor a conservação do Aceiro do Anselmo e também apoiar a Junta de Freguesia se houver algum problema com a máquina.

Um munícipe que não se identifica intervém, mas não é audível na gravação, pelo que não é possível transcrever em ata.

_ Em resposta ao Sr. Marco Silva (4.) o **Sr. Presidente** esclarece que relativamente à Rua da Eira, quando ainda era vereador recorda uma solução que foi encontrada pelos senhores ali residentes que se empenharam nela, porque, de facto, ali deveria estar um loteamento urbano

que infelizmente não foi projetado da melhor forma, portanto, agora é necessário dar alguma atenção ao local, aliás, é uma história que não vale a pena aprofundar aqui, mas o município mantém-se disponível para conservar o acesso da Rua do Povo. Refere que a questão do contentor é justa, de facto, em zonas onde não há recolha diária faz algum sentido haver um reforço de contentores e o município tem estado a fazer esse reforço em alguns sítios, também substituindo os contentores de 800 litros por contentores de 1100 litros e, a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho já tomou nota e vão procurar responder com rapidez a essa pretensão. Relativamente à limpeza urbana, apesar de a equipa ter poucas pessoas, o município irá lá fazer uma ação de limpeza e desmatção na rua, mas em relação ao alcatroamento, aconselha a participarem no “Eu participo” que irá decorrer no mês de abril e solicitar a pavimentação dessa rua para ver se é priorizada, porque existe um plano de trabalho que querem ver cumprido, que para além daquilo que consta no plano do mandato, em matéria de pavimentações, o município tem ido além daquilo que estava no plano de mandato, com cerca de mais 2 dezenas de novas pavimentações. Foi assim que se fez com o Aceiro do Marcolino e por isso, convida a participar nas ações do “Eu Participo.”

Em seguida, o Sr. Presidente volta a dar a palavra ao Público para intervir.

Sr. João Marques (7.)

Cumprimenta os presentes, refere que é residente na Venda do Alcaide e começa por falar no Bairro do Pinheiro Grande, pois felicita o início das obras de saneamento e pavimentação que apesar de ter algum atraso significativo pois já estava orçamentada no plano do município no ano passado, porque é uma pavimentação muito importante para os moradores da venda do alcaide porque iria permitir uma ligação direta ao Pinhal Novo por uma estrada alcatroada. Refere que ficou desiludido quando percebeu que o alcatroamento não iria ter continuidade, nem pela Rua 1.º de Maio, nem pela Rua do Montinhoso, porque se ligasse com esta última, permitia uma ligação com a Rua 5 de Outubro que também já foi alcatroada. Questiona o que está previsto fazer para a Rua do Montinhoso.

Depois refere que a Venda do alcaide é atravessada por uma estrada estruturante para aquela zona rural que faz ligação à Rua do Zé Nabo e Palhota e através da Rua do Trabalhador Rural à Lagoa da Palha, pelo que essas estradas têm uma dimensão reduzida dificultando a fluidez de trânsito, com a agravante, sobretudo na Venda do Alcaide, essa estrada só ter a berma pavimentada num só dos lados e, mas uma vez pede a atenção ao Sr. Presidente para a necessidade de pavimentar a outra berma dessa estrada. Das várias vezes que tem apresentado este assunto, o Sr. Presidente referiu que essa obra iria ser feita, eventualmente por administração direta, mas até à data não foi feita. Depois, estas estradas que referiu estão inseridas numa zona baixa, enfrentando com frequência muito nevoeiro, dificultando a visibilidade e era muito importante a pintura das guias nessas estradas.

Sra. Cláudia Prior (8.)

Cumprimenta os presentes, refere que reside no Bairro Pinheiro Grande há cerca de 20 anos e quando foi para lá morar, as estradas eram de terra batida e sempre que solicitou à Junta de Freguesia para ir até lá com a máquina tapar os buracos, as solicitações foram sempre atendidas. Neste momento, está a chegar o alcatrão e estão todos contentes com essa situação, mas aquilo que aqui foi dito sobre os ecopontos é, de facto, verdade e aproveita para solicitar também um ecoponto para o Bairro do Pinheiro Grande. Depois, a questão que foi apresentada sobre o transporte naquela zona, refere que quando matriculou os dois filhos, sendo que um está na Escola Básica Alberto Valente e outro na escola Secundária e, nessa altura foi questionada se sabia onde era a paragem e se não soubesse, que procurasse junto dos serviços da autarquia esse esclarecimento. Assim fez e percebeu que a distancia que uma criança de 8 e outra de 12 não funcionava para deslocação a pé até à paragem e perguntou à escola o que deveria fazer, sendo que lhe responderam que teria de se desenrascar. Portanto, se existe a possibilidade da parte da autarquia segundo afirmou o Sr. Presidente, de facto, nunca tal lhe foi esclarecido e teve de pagar transporte particular para que os seus filhos pudessem ir para a escola. Refere que desconhecia e se calhar existem muitas mais que os municípios desconhecem e era importante que as instituições informassem as pessoas. Atualmente tem um filho com nove anos e outro com 14 e continua a pagar transporte particular para que se desloquem à escola. E nestas questões do transporte, não é só um problema para as crianças, mas também para as pessoas idosas que ali residem que têm de ir a pé até ao Centro de saúde, têm de ir a pé às compras. Depois, uma outra questão que está relacionada com a lagarta do Pinheiro, o Pinheiro que lá está é lindíssimo, mas todos os anos tem lagartas e todos sabem do perigo que é para a saúde e que pode ser tratado, aliás, junto à sua habitação, num terreno contíguo existe um Pinheiro que todos os anos tem lagarta e desconhecem quem é o proprietário e por isso pede atenção para esta questão.

Sr. Renato Maurício (9.)

Cumprimenta os presentes, refere que reside no Pinhal Novo e relativamente aos 18 projetos que estão na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo refere que não teve a oportunidade de os consultar, pelo que pede desculpa se dos temas que pretende apresentar possam de alguma forma colidir com esses projetos. Portanto, solicita esclarecimentos sobre a beneficiação do Aceiro do Caminho-de-ferro, porque é um troço que teve alguma beneficiação há cerca de 2 anos e atualmente está intransitável, sobretudo aquela parte que tem detritos de alcatrão e apesar de não servir muitas habitações, serve muita gente que tem de passar por ali. Depois, relativamente à Rua Orlando Ribeiro que é onde reside, na zona nascente junto aquela praceta perto das piscinas, questiona sobre o ponto de situação, o que está previsto e o que é que os moradores da zona podem fazer para acelerar o processo de beneficiação daquela zona. Ainda sobre aquela zona, é habitual estacionarem ali camiões, parte porque a praceta está como está

e por isso questiona se podem estar ali estacionados e especialmente na altura das chuvas, o terreno fica ainda pior com os camiões ali. Depois, em relação às passadeiras, naquela urbanização onde reside, especialmente nas zonas interiores existem duas passadeiras para pessoas com mobilidade reduzida que não estão visíveis, aliás a que está na entrada do túnel, já desapareceu por completo. Por fim, sobre a questão da cidadania que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho referiu, de facto, convida a autarquia a fazer uma melhor sensibilização, ou seja, cada vez as pessoas são mais individualistas e, se calhar, seria de tentar fazer mais ações de sensibilização junto das pessoas, aliás, as crianças têm educação para a cidadania, por isso também deveria haver para os adultos.

Sr. Joaquim Moço (10.)

Cumprimenta os presentes e refere que deveria haver uma reunião descentralizada uma vez por mês, porque isto faz lembrar no tempo em que esteve na tropa e que havia o dia do Sr. Comandante em que era tudo limpo, e como o Sr. Presidente veio aqui à freguesia do Pinhal Novo, Palhota e Lagoa da Palha, andaram ali a fazer a limpeza assim pela “porta do cavalo” e amanhã deixa de haver e explica que na Palhota, junto de uns contentores, andou uma equipa cerca de um dia e meio e aquilo ficou limpo, mas daqui a um ano é capaz de voltar a haver limpeza novamente, portanto isto passa de brincadeira para um assunto sério. Depois a calçada, que tanto reivindicou, sobretudo em frente à farmácia foi feita, mas ficou lá com um buraco e quando chove a água não escoia dali, do outro lado, no cruzamento junto aos contentores, foi feito um levantamento do alcatrão e a valeta ficou 20 centímetros mais baixa, e quando chove, ninguém consegue passar por ali. A EM 575 que agora foi batizada por Rua do Trabalhador Rural e quando houve falar destes projetos todos, destes investimentos todos, fica com vontade de chorar, porque já passaram 3 anos desde que reivindica uma repavimentação para aquela estrada, sobretudo desde o cruzamento da Palhota até ao Cancela, porque está intransitável. Depois, como o Sr. João Marques aqui referiu, a questão da pintura da estrada, porque quando circulam naquela estrada, não se sabe se vão no meio da estrada ou se estão prestes a cair na valeta, porque não existe pintura naquela estrada. Por fim, quando passam do cruzamento do Rancho até ao cruzamento do Luis Miranda, questiona se ele passa ao centro ou se passa ao lado, porque é proprietário de uma área comercial que tem 3 estabelecimentos e se o esgoto for aberto ao meio da via, vão cortar ali o trânsito e não irá ser num mês que se faz aquela obra, por isso pergunta como vai fazer com os estabelecimentos comerciais com o corte de trânsito, porque é muito penoso aguentar.

Sr. Bruno Coelho (11.)

Refere que reside nesta freguesia há 22 anos, está muito satisfeito com o Pinhal Novo, porém quando fizeram o saneamento na Rua do Alentejo, escreveu uma carta à autarquia, porque reside na Rua dos Ratões e acha que se justificava ali fazer obras de saneamento derivado á

quantidade de gente que ali reside, porque existem outras ruas que são ruas mais extensas, têm o saneamento feito e aquela com pouco mais de 100 metros de extensão não teve direito a saneamento, com mais população que muitas outras ruas. Em relação ao piso, já nem vai falar nisso, até porque o saneamento é bem mais importante, porque a máquina da junta passa por aquela rua duas vezes por ano e ao fim de dois dias está igual. Questiona porque é que na altura que andavam ali a fazer uma outra obra, porque é que não resolveram fazer saneamento numa rua tão pequena e que tem 11 habitações, quando fizeram outras ruas maiores e com menos habitações que aquela.

Sr. José Leonel (12.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside no concelho de Palmela desde o século passado e todos pertencem aqui, a terra é de todos e devem defendê-la. A solução parte de todos, aliás considera que todos devem participar, mesmo fazendo críticas por vezes. Portanto, agradece em nome de todos que aqui residem, o facto deste projeto ter sido aprovado, pode agora não ser tida em conta a sua dimensão, mas mais tarde vão poder ver a sua dimensão. Por isso agradece mais uma vez ao executivo da autarquia, da freguesia e todas as pessoas que fizeram parte deste projeto. Também ficou muito agradado com os investimentos e projetos que foram apresentados ontem e gosto de ouvir algo que considera muito importante, ou seja, falaram na Estação Ferroviária do Pinhal Novo que é, de facto, o coração do Pinhal Novo e uma importante artéria do concelho de Palmela e todos devem ter isso em conta, porque os novos investimentos na margem sul podem acontecer a qualquer momento e o Pinhal Novo é um polo de atração para toda esta margem e a qualquer momento o terá de ter de fazer as coisas à pressa, por isso considera que o investimento que já está a ser feito poderia ser questionado, mas é um bom investimento e é uma segunda linha que fica, não só para o Pinhal Novo mas também para que o mapa de Palmela fique mais rico. Depois, uma outra questão que até pode correr o risco de ser mal interpretado, ou seja, o Pinhal Novo também tem de mudar, sobretudo ter em atenção aquela estação, porque a área de estacionamento que foi feita, foi executada pela autarquia, mas tem de criar algo de base, porque a zona sul tem ali um espaço enorme e se calhar seria ali uma solução para essa estação. Depois, acha que um dia terão de recuar o mercado mensal, porque já não se ajusta ao Pinhal Novo e não se adequa e aquele espaço enorme faz falta ao Pinhal Novo no futuro, pelo que deveriam pensar já em recuar o mercado daquele espaço. Acrescenta ainda que atualmente a Lagoa da Palha está melhor e quem aqui reside, se calhar, só daqui a uns tempos é que vai perceber isso e como tal faz este agradecimento público.

_ Em resposta ao Sr. João Marques (7.), o **Sr. Presidente** esclarece que é normal que haja atrasos nas obras, porque quem estiver minimamente por dentro da contratação pública e conhecer os procedimentos percebe que há atrasos nas obras, mas felizmente, os

compromissos ficam cumpridos dentro do mandato e dá como exemplo, esta obra que esteve a falar, as pessoas desconhecem que morreu o dono dessa empresa, depois o plano de segurança e saúde não foi aprovado e só depois da sua aprovação e entrega na ACT é que é possível iniciar a obra, portanto, a contratação pública é muito complexa para obras a partir de um determinado valor e é por isso que as obras às vezes demoram um pouco mais e só quem está por dentro destas questões é que sabe o que se passa. Ainda assim, refere que, para já, fica confortável quando aquilo que está no programa de mandato for cumprido. Em relação à Rua 1.º de Maio que foi feita dentro do Bairro Pinheiro Grande, refere que também está confortável, porque o que está feito e o que está previsto fazer, foi aquilo que foi discutido com os membros da associação de moradores desse bairro, portanto, já explicou no passado que uma situação é a Rua 1.º de Maio que vem da Venda do Alcaide à beira de linha férrea e outra questão é uma outra rua que também se chama Rua 1.º de Maio no interior do bairro, porque a parte do plano de pormenor diz respeito à parte urbanizada naquela zona e passa a pertencer ao perímetro urbano do Pinhal Novo, que termina ali precisamente naquele troço junto à linha e foi assim que se entendeu infraestruturar e pavimentar. A Rua do Montinhoso é um projeto estratégico, não é um asfaltamento qualquer e quem assistiu ontem à apresentação do projeto ficou em pânico, porque dos 340.000€ do empréstimo que vão ser colocados à aprovação aqui a entidade bancária que apresentou melhores condições e que depois seguirá para a aprovação em Assembleia Municipal no dia 27 e depois para o visto do Tribunal de Contas, pelo que contam com um projeto que custava 340.000€, mas na realidade vai custar 575.000€, porque a Rua do Montinhoso vai ser um troço de acesso a futura uma circular/variante do Pinhal Novo, a nascente e, que por ter de passar sobre a linha do caminho-de-ferro vai ter um custo superior. É um projeto que inclui já uma estrada preparada para tráfego pesado, uma zona mista para bicicletas e para andar a pé e vai ter também a extensão do prolongamento das infraestruturas até ao limite que elas permitam, porque há zonas que já não dá para ligar, não só porque são necessárias outras estações elevatórias. Por isso é um projeto que valeu a pena e que também sofreu algum atraso, porque era necessário esperar pelo empréstimo, porque só com a receita municipal atual não seria possível executar e explica que esse empréstimo é bom sinal, significa que o município tem condições para pagar, porque todas as autarquias que recorrem a empréstimos, são aquelas que têm equilíbrio financeiro, que é o caso de Palmela. Portanto, os atrasos têm estas vicissitudes, como a própria obra do Bairro do Pinheiro Grande e estiveram aqui presentes várias vezes nas ações do “Eu participo”, sabiam que o que estava prometido era a pavimentação, porque foi o que pediram, contudo o município entendeu que como iria fazer a estação elevatória no loteamento abandonado, poderia fazer um projeto mais ambicioso e que duplicou o valor dessa obra, portanto, não vai ser feita apenas a pavimentação, mas também os esgotos, a renovação da rede de águas, as pluviais e fica uma zona urbanizada e, por isso, por vezes, vale a pena esperar e a autarquia tem de ter esta capacidade de fazer mais e melhor, mesmo que isso implique algum atraso.

Quanto à estrada da Venda do Alcaide, o Sr. João Marques tem razão, tem falado várias vezes sobre as obras para fazer as bermas em calçada grossa progressivamente, mas ainda estão a

terminar uma empreitada e já está outra em lançamento para fazer, precisamente a começar na estrada da Venda do Alcaide, portanto, essa situação irá ser corrigida.

Aproveita para divulgar que vai ser retomado um loteamento na Rua 25 de Abril, quando se sai da Rua José Nabo que também com uma estação elevatória irá permitir ligar ao emissário da Simarsul e vai possibilitar estender os esgotos. Depois disso, a repavimentação daquele troço está prevista e o tratamento do passeio do outro lado das bermas, no sentido Norte-Sul, lado esquerdo que não tem berma, também está previsto. Quanto às pinturas, estão em curso, aliás, são feitas 2 a 3 empreitadas por ano, na ordem dos 40.000€ por cada uma e, por vezes mais de 50.000€. Depois com dias de chuva ou de muita humidade não é possível executar, mas com os dias a ficar mais secos, vais ser possível retomar essa empreitada, até porque existe uma lista referente às passeadeiras que necessitam de uma pintura e também há uma lista sobre as vias que precisam de guias. Depois, estiveram a fazer bandas cromáticas nesta zona, não por causa da semana da freguesia, mas porque a empresa não vai sair daqui para fazer passeadeiras noutro lado, estão aqui, têm a máquina para fazer essas guias e acabaram por fazer algumas que nem estavam previstas.

_ Em resposta ao Sr. Joaquim Moço (10.), o **Sr. Presidente** esclarece que relativamente ao troço da EM 575, depois de ter sido intervencionado nos esgotos, de facto, precisa de um pavimento, mas ainda pode aguentar mais um pouco e existem outras prioridades, nomeadamente a que vão dar nessa mesma estrada no tratamento das bermas até ao semáforo, desde o cancela até ao semáforo, porque aquelas valetas foram feitas há muitos anos para drenar as águas com aquelas manilhas muito altas à entrada de cada moradia ou de cada garagem, de facto, têm de desaparecer e vai ser tudo feito com grelhas, com tamponagem e essa zona vai ser tratada quando forem tratadas as bermas.

Refere ainda que o município tem de gerir e planear e, por vezes, mesmo quando tem capacidade financeira para fazer, não consegue lançar as empreitadas todas ao mesmo tempo. Atualmente, estão a atravessar um período em que nunca houve tanto investimento e tanta empreitada, aliás, o município está a fazer empreitadas que competiam a outros organismos, como foi o caso do Centro de Saúde, da Ribeira da Salgueirinha e das encostas do Castelo. Portanto, o município, para não deixar fugir esses investimentos no concelho, entendeu fazer os projetos, a fiscalização e o lançamento das empreitadas e todas estas questões estão planeadas. Depois, por outro lado, por vezes têm algumas intenções de investimento no território, como um que têm para a Rua da Maça Riscadinha e, se esse investimento for feito, o município pode exigir a esse investidor a repavimentação do troço desde a saída da Rua da Maça Riscadinha até ao cruzamento da Palhota, portanto, são questões que têm de ser geridas e planeadas, porque se existe um investidor que por via daquilo que pretende fazer, se vai ter um impacto no trânsito, o município pode levar esse promotor a fazer esse investimento e poupar o dinheiro público para outras obras. Portanto, o compromisso é reparar melhor alguns

dos abatimentos que existem, melhorar alguns dos remendos e considera que têm observado que, ultimamente as equipas municipais quando remendam um bocado de estrada, já é feito com mais rigor técnico e isso é feito aos poucos, porque as equipas estão muito mais reduzidas do que eram em 2009. Por vezes não anda mais depressa, porque há condições climatéricas que não permitem executar as pinturas em determinadas alturas do ano, mas as pinturas estão a ser executadas.

_ Em resposta à Sra. Cláudia Prior (8.), o **Sr. Presidente** refere que sobre os transportes escolares, não tem dúvidas que é necessário falar com os agrupamentos de escolas para que divulguem melhor este tipo de informação, até porque a questão do transporte escolar tem sido uma bandeira do município há muitos anos. Palmela tem sido dos municípios que mais tem investido nos transportes escolares e não querem que uma criança seja discriminada negativamente relativamente a outras.

Quanto à lagarta do Pinheiro no Bairro do Pinheiro Grande, esclarece que no Bairro do Pinheiro Grande irá ser feita a intervenção que tiver de se fazer, aliás já recorreram ao método de microinjeção, de pulverização e vão tentar utilizar umas cintas que existem para que as lagartas fiquem lá agarradas, mas em propriedade privada irá ser feita com recurso à fiscalização municipal, tentando identificar e notificar os proprietários com a ajuda da Associação de Moradores.

_ Em resposta ao Sr. Renato Maurício (9.), o **Sr. Presidente** esclarece que a zona do Aceiro do Caminho-de-Ferro não está prevista ser pavimentada, porém, de facto, aquele aceiro deixou de ter tout venant e foram ali colocados uns detritos na altura regados e cilindrados, mas não tem tido conservação, por isso também vão procurar em conjunto com a Junta de Freguesia dar ali uma atenção. Refere ainda que chegou a pensar que iria falar da iluminação do viaduto, porque, de facto, o Sr. Vereador Pedro Talego cumpriu aquilo que ficou combinado, tendo o município substituído-se à REFER e vai colocar lá uns candeeiros solares, tal como fizeram também na Venda do Alcaide. Aliás o Sr. João Marques tem sido um lutador por isso. Estes viadutos foram construídos sem licenciamento municipal, porque não precisam, e depois vêm dizer que é da responsabilidade do município, pelo que mais do que uma vez foram feitos pedidos à EDP, mas não se consegue corrigir o viaduto.

Em relação ao parque da zona da Rua Orlando Ribeiro, refere que está no plano para 2021 e espera ser possível cumpri-lo, aliás foi um dos assuntos que a Junta de Freguesia colocou na reunião. Em relação ao estacionamento de veículos pesados ali, esclarece que está interdito o estacionamento de veículos pesados dentro do perímetro urbano e está neste momento em elaboração um novo regulamento de sinalização e trânsito do concelho para penalizar mais e também estão a rever o regulamento do parque de pesados de Pinhal Novo que funciona, mas que tem de ser alterado nalgumas questões, nomeadamente da segurança, admitindo a

eventual concessão do parque de estacionamento para depois, com um novo regulamento e com a possibilidade de utilizar um parque a preços simbólicos para ninguém usar a desculpa da falta de segurança. Portanto, com este novo regulamento, vão procurar ordenar melhor essa zona.

_ Em resposta ao Sr. Joaquim Moço (10.), o **Sr. Presidente** relativamente à questão sobre calçada junto à farmácia e junto aos contentores refere que irá ser revista a situação com o encarregado geral e relativamente à obra dos esgotos na EM 575, até porque existe um plano de sinalização de trânsito e segurança em cada uma das obras públicas desta dimensão que é obrigatório, e o trânsito irá fazer-se de forma alternada, mas naturalmente que irá causar alguns transtornos, mas a obra irá ser realizada por fases e irão ser acauteladas situações que surjam, procurando minimizar os impactos que este tipo de obras causam.

O **Sr. Joaquim Moço** intervém, mas não é audível na gravação, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** em relação à intervenção que não se conseguiu escutar em gravação responde negativamente e acrescenta que circula nessa estrada em segurança, aliás, a repavimentação da EM 533, entre o viaduto junto à fábrica da OVO, antiga fábrica dos elétrodos e alguns troços dessa estrada, em matéria de patologias é muito mais urgente e muito mais grave do que aquela que referenciou. Depois, as questões de comparações com demagogia, por vezes as pessoas esquecem-se que se trata de obras candidatas a fundos e as prioridades de investimento só existem para essas coisas, para a mobilidade sustentável, ainda que preferiria que essas oportunidades de investimento fossem para questões ligadas ao saneamento, porém quem define essas prioridades é o Governo e a União Europeia. Portanto, só há financiamento para estas questões da mobilidade e acha que qualquer município que defendendo os interesses do seu território, se as candidaturas estão abertas para estas questões, serão estas as questões que devem abordar também. Dá como o exemplo do largo da Mitra, um espaço no centro de uma localidade e que está por arranjar desde sempre e, se há uma comparticipação de fundos comunitários na lógica da intermodalidade, o município deve concorrer a esses fundos. A Refer construiu uma estação ali e desde 1998 quando foi Presidente de Junta de Freguesia de Pinhal Novo que sempre foi contra a construção da nova estação ali, defendendo uma nova estação com um terminal rodoferroviário na zona onde são feitas as largadas durante as Festas Populares e agora que começam a falar na eventualidade de um aeroporto e no vaivém rodoviário entre o Montijo e o Pinhal Novo, como irá circular? Foi o município que construiu a Praça da Independência, os lugares que lá estão são públicos e tem sido o município a comprar terrenos, junto à zona da SFUA, para poder criar ali bolsas de estacionamento e tem apoio comunitário nesta lógica de proporcionar às pessoas a aproximação ao transporte coletivo ferroviário ou rodoviário, portanto, não vale a pena fazer determinados tipos de comparação, entre uma ciclovía ou repavimentar uma estrada, quando

ambas são importantes. Considera que toda a gente tem direito às suas benfeitorias e cabe ao município gerir equilibradamente, o desenvolvimento que tem de chegar a todos e as prioridades para uns são diferentes de outras, mas também é necessário definir algumas etapas, portanto, não vale a pena, comparar projetos.

_ Em resposta ao Sr. Bruno Coelho (11.), o **Sr. Presidente** em relação à Rua dos Ratões, recorda que no final de 2009 e 2010, já essas obras estavam em curso tendo estado prevista a instalação de uma plataforma logística que iria fazer as ligações a alguns emissários e, toda aquela zona da Rua do Alentejo iria ficar servida em termos de rede de saneamento, mas neste momento é uma situação que terá de ser estudada, até porque existe uma caixa ali perto. O município está, de facto, a dar prioridade ao saneamento. Recorda que um emissário é uma rede em alta, não se pode ligar diretamente à rede em alta, pelo que é necessário fazer uma rede em baixa, depois, aquela rua só é pública até ao meio, pelo que só poderá ser feito um prolongamento de rede até ao meio dessa rua e depois, caberá aos restantes moradores fazer o seu ramal. Portanto, fica o compromisso de estudar esse assunto e voltar a falar sobre esta matéria e convida a participar no "Eu Participo" em abril.

O **Sr. Presidente** volta a dar a palavra ao Sr. Joaquim Moço (10.), mas o Sr. Joaquim Moço não usa o microfone, não é audível grande parte da intervenção na gravação pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Joaquim Moço** refere que sente na pele o mau estado daquela estrada, por isso quando apresenta um problema, não é para fazer demagogia.

O **Sr. Presidente** refere que quando utilizou a palavra demagogia referia-se a algumas comparações que são feitas, não foi o caso da intervenção do Sr. Joaquim Moço.

A **Sra. Maria Emília Cabrita (13.)** cumprimenta os presentes, residente no Bairro Pinheiro Grande e refere que hoje foi verificar que a Rua 1.º de Maio não estava sinalizada, ou seja pintada e dirigiu-se ao senhor que estava lá a trabalhar, que a informou que esta rua, aquela parte da esquina até aquela rua que vai até à linha do caminho-de-ferro que não iria ser alcatroada. Refere que ficou muito surpreendida porque já tinha sido dito que a Rua 1.º de Maio até à Venda do Alcaide, junto à linha, não iria ser alcatroada, mas é uma rua que faz parte do Bairro do Pinheiro Grande e depois diz-se que a Rua 1.º de Maio vai ser alcatroada, mas afinal, só vão alcatroar uma parte.

O **Sr. Presidente** refere que já deu essa explicação, aliás na reunião com os moradores do Bairro do Pinheiro Grande e que viram o projeto, de facto havia uma confusão com a Rua 1.º de Maio e a Rua Luís de camões, mas o que vai ser feito é no triângulo, da Rua 25 de Abril, o troço até à Rua 5 de Outubro.

A **Sra. Maria Emília Cabrita** refere que afinal, a Rua 1.º de Maio não vai ser alcatroada na totalidade.

O **Sr. Presidente** refere que não, não vai.

A **Sra. Maria Emília Cabrita** refere que desde a sua fossa séptica até à rua, que tem uma distância de um metro, vai ficar sem esgotos.

O **Sr. Presidente** refere que não, porque os ramais são feitos até 20 metros. Acrescenta que o Eng.º João Faim, que passou a ter o acompanhamento desta obra, pode marcar uma reunião no local, também com quem acompanha a obra, para poder esclarecer melhor, porque uma questão é a conduta que é feita, outra são os ramais.

Um **Senhor que não se identifica (14.)** refere que falou com o senhor que estava lá com a máquina e o mesmo referiu-lhe que não, que iria fazer só até à esquina e depois virava para a Rua 5 de Outubro. Ou seja, da esquina da Pinhal Reboques até à linha, que está dentro do perímetro urbano do Bairro do Pinheiro Grande não vão ter esgotos.

O **Sr. Presidente** refere que o projeto que foi apresentado à Associação de Moradores do Bairro do Pinheiro Grande não tem previsto fazer nada dessa esquina até à linha do caminho-de-ferro. Recorda que os ramais até ao coletor podem ser feitos até uma distância de 20 metros. Depois como ali a obra vai ser feita graviticamente, ou seja, para evitar a construção de uma estação elevatória ali. Reitera que para um melhor esclarecimento, deverá ser marcada uma reunião com o Eng.º João Faim, com uma deslocação ao local para aferir se há ou não impedimentos de se fazer essa ligação.

Em seguida, o Sr. Presidente volta a dar a palavra ao Público para intervir.

Sr. Abel Silva (15.)

Cumprimenta os presentes e refere que em primeiro lugar, agradece ao Sr. Presidente por ter realizado um pedido que foi feito em 2018, está concluído, ou seja a substituição de uma tampa de madeira por uma tampa metálica no viaduto. Depois, vão continuar a lutar pela pavimentação das bermas e a iluminação desse viaduto.

_ Em resposta ao Sr. Abel Silva (15.), o **Sr. Presidente** refere que é um assunto que já foi solicitado parecer à EDP e espera que seja a EDP a fazer essas melhorias, até porque a EDP tem um plano anual de investimentos que é obrigado a fazer, mas que infelizmente, há cerca de 3 anos que a EDP anda a adiar. Portanto, o município vai continuar a insistir.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pela construção de uma variante à EN 252).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar** (José Augusto Ismael Baltazar) - dos/a eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar** (José Augusto Ismael Baltazar) - do eleito do MIM.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela construção de uma variante à EN 252)

“Há bem mais de duas décadas que a Câmara Municipal de Palmela vem reivindicando à Administração Central a construção de uma via variante à EN252, que atravessa o coração da vila de Pinhal Novo.

De forma geral, o Concelho de Palmela é cruzado por várias estradas nacionais e, ao longo de décadas, muitas localidades cresceram e desenvolveram-se em torno destas artérias, que estão, hoje, “estranguladas”, resultando em enormes constrangimentos de tráfego, conforto e segurança para quem transita e para as populações. Acresce o elevado valor cobrado nas portagens, que continua a encaminhar tráfego de pesados para as estradas nacionais, em detrimento da utilização das autoestradas, o que levou o Município a solicitar, por diversas vezes, a abolição do pagamento de portagens no troço da A2, entre Palmela e Setúbal ou, pelo menos, a sua suspensão até à construção de variantes à EN252 e à EN379.

Estas vias alternativas apresentam função e características supramunicipais na ligação entre aglomerados urbanos de diferentes municípios, pelo que o continuado adiamento da sua construção não representa um problema isolado do Município de Palmela, mas uma questão que afeta o desenvolvimento equilibrado da região.

Convém recordar que a variante à EN252 está no PDM de Palmela, contratualizado com várias entidades da tutela, desde 1997. Entretanto, o Município tem, há vários anos, um estudo da

diretriz que realizou, a expensas próprias, para uma via variante à EN252, a nascente, prevista no atual PDM, e que será mantida no próximo (em fase final de revisão), numa versão mais curta para facilitar a sua execução física e financeira, para além de uma nova circular a poente, junto à Urbanização Val'Flores.

Depois, é de sublinhar que, no âmbito do protocolo de entendimento estabelecido para a construção da intitulada Plataforma Logística de Poceirão, a Estradas de Portugal (atual Infraestruturas de Portugal) assumiu a responsabilidade material e financeira da variante à EN252 no seu plano de investimentos, das expropriações à construção. Apesar de abandonado o projeto da Plataforma, a intensidade do tráfego, as ligações intermodais em Pinhal Novo e o desenvolvimento industrial da região justificam plenamente a concretização de uma variante. Mais ainda, considerando a intenção de construir um aeroporto internacional na base aérea do Montijo, sem novas ligações a Lisboa. Responsáveis da tutela revelaram, na comunicação social nacional, que está previsto que o acesso de passageiras/os do novo aeroporto de e para a capital aconteça via Estação Ferroviária de Pinhal Novo, através de um *shuttle* rodoviário. Sem mais informação e/ou confirmação oficial que permita ao Município questionar de que forma se pretende acomodar esta intenção no centro da vila de Pinhal Novo, o anúncio é, no entanto, inquietante e contribui para adensar preocupação e sublinhar urgência numa resolução.

Aquando da definição de prioridades nacionais a inscrever no quadro comunitário de apoio Portugal 2030, o Município participou na recolha de contributos, identificando um conjunto de infraestruturas rodoviárias essenciais, até, no apoio às áreas de acolhimento empresarial do Concelho, com forte peso na economia regional e nacional. Não obstante, nenhuma dessas infraestruturas (onde se incluem as variantes) foi considerada no Plano Nacional de Investimentos 2030, o que é particularmente alarmante e inaceitável, considerando o período temporal de dez anos que se perspetiva sem a realização destas obras.

Reunida a 19 de fevereiro de 2020, em reunião pública descentralizada na Lagoa da Palha, freguesia de Pinhal Novo, a Câmara Municipal de Palmela **delibera** exigir, uma vez mais, a rápida assunção de um compromisso por parte do Governo, nomeadamente, do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, para a construção de uma via variante à EN252, em Pinhal Novo.

A presente moção deve ser enviada a:

- . Sua Excelência, o Presidente da República
- . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República
- . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro
- . Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação;
- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

- . Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- . Área Metropolitana de Lisboa;
- . Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- . Assembleia Municipal de Palmela;
- . Juntas de Freguesia do Concelho de Pamela;
- . Conselho Local de Mobilidade;
- . Infraestruturas de Portugal, S.A;
- . Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E.;
- . Associação da Indústria da Península de Setúbal;
- . Comunicação social.”

Submetida a moção (Pela construção de uma variante à EN 252) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Atendendo a que o Voto de Pesar se refere à mesma pessoa, José Augusto Ismael Baltazar, o **Sr. Presidente** sugere que seja unicamente apresentado um Voto de Pesar conjunto que reúna a fusão dos textos, sendo este subscrito pelos/a eleitos/a da CDU e o eleito do MIM, e devendo a deliberação ser tomada em nome do executivo municipal. O Sr. Vereador José Calado mostra a sua concordância com a sugestão apresentada. Seguidamente, o **Sr. Presidente** dá a palavra ao Sr. Vereador José Calado.

O **Sr. Vereador José Calado** passa à leitura do Voto de Pesar que se transcreve:

. **Voto de Pesar** (José Augusto Ismael Baltazar)

“José Augusto Ismael Baltazar faleceu a 5 de fevereiro, com 91 anos de idade. Natural de Pinhal Novo, onde nasceu a 19 de setembro de 1928, residia em Pinhal Novo.

Ferroviário de profissão e por amor à sua terra dedicou-se desde muito cedo ao Associativismo de uma forma corajosa, ajudou a fundar o Clube Desportivo Pinhalnovoense em 1948, permanecendo como sócio n.º 1, assumindo os destinos diretivos do emblema de Pinhal Novo nos mandatos de 1984/85 e mais tarde em 1990/91/4/5/6.

A sua atividade pelo movimento Associativo de forma corajosa fez com que durante 28 Anos abraçasse diversos cargos na Sociedade Filarmónica União Agrícola, passando pela Assembleia Geral nos mandatos de 1955/73/74/75/76 e mais tarde entre o ano de 2000 e 2015.

José Augusto Ismael Baltazar como Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica União Agrícola permaneceu nos mandatos de 1956/57/58 e mais tarde em 1966/67/68/69/70, procurando sempre, com a sua intervenção e sentido de valorização, dinamizar a Sociedade Filarmónica União Agrícola.

José Augusto Ismael Baltazar o histórico juiz iniciou a sua carreira nas provas distritais e chegou ao topo da categoria nacional onde alcançou o estatuto de árbitro internacional da Associação de Futebol de Setúbal, fundador do Núcleo de Árbitros de Pinhal Novo em 1962, exerceu vários lugares de realce nas instituições principais de arbitragem Portuguesa. Em 1993/94 assumiu o cargo de Presidente do Núcleo de Árbitros de Pinhal Novo.

Um homem afeiçoado às causas da sua terra dedicou 10 anos da sua vida ao serviço da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo. Primeiro como Presidente desde 1972 a 1980, deixando a sua marca em abril de 1978 com a inauguração do novo quartel. Em 1981 liderou como Presidente o Concelho Fiscal da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo.

José Augusto Ismael Baltazar fez parte dos Órgãos Sociais da Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal ao longo de vários anos, com reconhecimento prestado com as seguintes condecorações:

- Em 15-03-1978 Medalha de serviços distintos – Grau Ouro;
- Em 01-05-2012 Crachá Ouro.

José Augusto Ismael Baltazar exerceu o cargo no executivo do antigo Presidente António Ferreira da Costa na Câmara Municipal de Palmela, desde 1986 até 1989, tendo tomado posse a 10 de janeiro de 1986 como Vereador, na qualidade de independente pelo PRD “Partido Renovador Democrático”, ocupando-se dos assuntos relacionados com a proteção civil.

Homem de causas, com um papel predominante na importância do crescimento do Associativismo na Freguesia de Pinhal Novo. O Concelho de Palmela e em especial a Freguesia de Pinhal Novo ficou mais pobre com a sua partida, mas desenvolvido pela sua herança e lembrança.

Reunida em Lagoa da Palha a 19 de fevereiro de 2020, a Câmara Municipal de Palmela **lamenta o falecimento** de José Augusto Ismael Baltazar e endereça à sua família e às instituições que fundou e integrou sentidas condolências.”

Submetido o Voto de Pesar (José Augusto Ismael Baltazar) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Sessão ordinária da Assembleia Municipal** – O **Sr. Presidente** informa que no dia 27 de fevereiro irá realizar-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, também descentralizada na freguesia de Quinta do Anjo, nas instalações da Sociedade de Instrução Musical.

• **Projeto para nova estação elevatória de esgotos na Quinta dos Farias, em Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** informa que foi adjudicado por 22.140€, o projeto de execução do Sistema Elevatório de Águas Residuais Domésticas na Quinta dos Farias, em Pinhal Novo. É um projeto de construção de uma estação elevatória, compatibilização de cotas dos sistemas envolventes e dimensionamento de coletor em parte da Rua Infante D. Henrique. Este projeto irá permitir lançar o concurso para uma obra que possibilitará ligar à rede municipal de esgotos loteamentos em recuperação e também edificações já existentes na zona do Bairro do Pinheiro Grande.

• **Concurso internacional para serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que ontem, foi apresentado o concurso internacional para o serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa. Este concurso, que surge na sequência de um intenso trabalho desenvolvido, ao longo de mais de dois anos, pelos 18 municípios da área metropolitana de Lisboa, vem melhorar significativamente o panorama do transporte rodoviário, com um aumento de produção de mais de 40%. Esta melhoria é especialmente relevante em concelhos como o de Palmela, onde o défice de transporte público rodoviário tem merecido, ao longo de anos, a reclamação do município e das freguesias. Palmela integra o lote sudeste, um dos 4 levados a concurso para toda a área metropolitana e vai passar a ter mais circulações em horários alargados, incluindo mais autocarros à noite e aos fins de semana, mais ligações a outros concelhos e, sobretudo mais e melhores ligações internas.

Com este concurso e por iniciativa do município de Palmela, vão passar a ter transporte público rodoviário de passageiros em zonas atualmente não servidas, mais e melhores transportes nas zonas rurais, mais transportes urbanos e ligações ao comboio, novas ligações a poente, como é o caso do Bairro Alentejano, Marinheiros e Assunção Piedade à sede da freguesia e a Palmela, ligação da zona das Marquesas à sede do concelho, ligação direta entre Quinta do Anjo a Olhos de Água e Pinhal Novo.

Responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, mais e melhor oferta, centrada na lógica do passageiro, são alguns dos princípios deste concurso, que vem responder a grande parte dos problemas identificados no município e que, aliás, têm sido discutidos no conselho Local de

Mobilidade. O município investe, atualmente, diretamente, cerca de 1,3 Milhões de euros no transporte público, valor que vai crescer. Os municípios vão, entretanto, continuar a lutar para que o sistema seja mais financiado por receitas próprias da Administração Central, na medida em que o que está em causa é uma verdadeira aposta na transição energética, que só pode ser feito com um grande investimento nacional.

Esta grande melhoria no transporte rodoviário tem agora de ser completada com igual investimento na ferrovia. E recorda que o município tem reivindicado a reativação do apeadeiro da Lagoa da Palha, a paragem de mais comboios em Poceirão e novos investimentos na linha do Sado, incluindo a estação de manobras de Pinhal Novo, como forma de garantir uma verdadeira mobilidade eficiente, intermodal e que dê resposta às necessidades das pessoas.

• **Área de Reabilitação Urbana de Palmela - balanços e Desafios – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que no âmbito da reabilitação urbana de Palmela, na área do centro histórico de Palmela, irá decorrer, no dia 26 de fevereiro, pelas 17 horas, no Espaço Cidadão em Palmela, uma reunião com o movimento associativo de Palmela e as cidadãs e cidadãos onde irá ser colocado em destaque, as políticas municipais implementadas com vista ao incentivo à reabilitação do edificado, nomeadamente ao nível de reduções do IMI, isenções e reduções de taxas urbanísticas e os programas de financiamento, entre eles o FIMOC. Também irá ser debatido as intervenções por parte da autarquia no espaço público, quer as presentes quer as futuras, por forma a criar mais sensibilidade, melhor mobilidade e obviamente, a reabilitação do próprio edificado que é património municipal. Pretende-se ainda, em conjunto, com os interlocutores refletir sobre ações futuras, como, por exemplo, a atratividade territorial daquela área do território, a reabilitação do tecido edificado, incremento das condições de habitabilidade, a mobilidade e também a atração e fixação de população jovem no centro histórico de Palmela.

• **Instalação de uma rede Wireless na freguesia de Pinhal Novo no âmbito do programa Wifi4EU – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que na sequência da candidatura do município à rede europeia sem fios (Wifi4EU), no concelho e em particular na freguesia de Pinhal Novo, já foram terminados os trabalhos de instalação das antenas e restante equipamento de conectividade, nomeadamente a Praça da Independência e na zona do Jardim José Maria dos Santos. No conjunto irão ser contemplados 10 locais com rede Wireless, entre os quais 5 na Marateca; 2 no Poceirão; 2 em Pinhal Novo e 1 na Quinta do Anjo.

• **Beneficiação de mais uma habitação social em concurso – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o município lançou mais uma empreitada de beneficiação de um fogo

municipal para habitação social, na Rua Lúcio Borges da Costa, em Palmela. A empreitada foi lançada com o valor base de 27.710,60€ considerando já o IVA e consiste numa série de intervenções que vão melhorar as condições de habitabilidade, portanto, esta é a terceira empreitada lançada este ano, estando as obras prestes a começar.

• **Festejos de Carnaval – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que o Grupo Carnavalesco Amigos de Baco irá realizar, no próximo dia 25 de fevereiro, o “Corso de Carnaval de Pinhal Novo”. Esta iniciativa com início pelas 15h00 irá percorrer as principais ruas da vila, contará com 5 carros alegóricos, 300 participantes e com o envolvimento do movimento associativo local. Ainda em Pinhal Novo e no âmbito do Programa de Animação da Leitura 2019/2020 “Arrábida Verde e Azul - Um Universo Mágico” terá lugar na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, sábado 22 de fevereiro, pelas 15h30, um Desfile/Concurso de Máscaras Infantil “A Personagem mais galhofeira” e um conjunto de atividades (TRANSFORMA-TE! Cria a tua própria personagem, atelier de construção de máscaras e alguns apontamentos teatrais) com o apoio do Teatro da Vila. Também as Associações se associam nesta quadra festiva com a realização dos tradicionais Bailes de Carnaval, com destaque para as iniciativas promovidas pela Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” e pela Sociedade Filarmónica Humanitária.

• **Corta-mato Jovem Regional de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no dia 22 de fevereiro, irá realizar-se o Corta-Mato Jovem Regional de Palmela, uma prova organizada pelo Palmelense Futebol Clube com apoio técnico da Associação de Atletismo de Setúbal e o apoio logístico da Câmara Municipal de Palmela. O Programa prevê a realização de provas para ambos os géneros nos escalões de Benjamins A, Benjamins B, Infantis Iniciados, Juvenis, Juniores, Seniores, Veteranos e Estafetas para Juniores e Seniores, podendo os participantes serem federados e não federados, com as inscrições a serem efetuadas no sítio da Associação de Atletismo de Setúbal.

• **Final do 5.º Concurso de Bandas Amadoras de Palmela – Warm Up “Março a Partir”**
– **O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** faz referência à final do 5.º Concurso de Bandas Amadoras de Palmela – Warm Up “Março a Partir”, uma iniciativa realizada em parceria com as associações juvenis, grupos informais de jovens e outras entidades que trabalham diretamente com a população juvenil do concelho e que antecede a 25.ª edição do “Março a Partir”- Mês da Juventude. Decorridas as duas eliminatórias na Sociedade de Recreio e Instrução 1º de Maio Asseiceira e no Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores, foram selecionadas para a final que se realiza, no próximo dia 29 de fevereiro, às 22 horas, na Sociedade de Instrução Musical, Quinta do Anjo, 4 projetos musicais. Portanto, trata-se de uma aposta nos jovens, na música e na atividade cultural do concelho.

• **Pinhal Novo “Night Run”** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se no dia 20 de junho, a partir das 21h30, a 4.ª edição da Prova de Atletismo Pinhal Novo “Night Run”. É uma iniciativa organizada em parceria com a Câmara Municipal de Palmela, a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, a Palmela Desporto E.M e a Associação Académica Pinhalnovença. Esta prova irá ter como embaixador o atleta pinhalnovença, Marco Miguel, Campeão Nacional de Duetlo.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Raul Cristovão

- **Largo da Mitra** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que estas reuniões descentralizadas são sempre importantes, por diversas razões, sobretudo por poderem ouvir os munícipes a colocar questões, questões que se vão repetindo ao longo dos anos sem que se veja uma solução. Uma dessas questões que, ainda hoje, passaram por lá e, se calhar, porque teve de sair mais cedo, não conseguiu perceber em que fase se encontra a obra do largo da Mitra. Passou quase um ano, no dia 20 de fevereiro de 2019, que estiveram no largo da Mitra quando foi apresentada a planta e o projeto. Recorda que foi anunciado pelo Sr. Presidente na reunião descentralizada de Pinhal Novo que no mês de abril ou maio, seria lançado o concurso para o largo da Mitra e, um ano depois, volta a falar do mesmo projeto. Portanto, questiona qual é o estado da obra, em que fase está o lançamento, porque voltam a ser apresentados exatamente os mesmo projetos que tinham sido apresentados no ano passado.

- **Prioridades da CDU (Coligação Democrática Unitária)** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que todas as questões que aqui foram colocadas levam a um pensamento sobre a política, sobretudo na política autárquica onde as diferenças resultam muito, das opções e das prioridades. Portanto, considera que hoje, fica com a noção que algumas das opções e prioridades que a CDU legitimamente tem tomado, definitivamente não seriam as opções e prioridades do PS. De facto, existem obras que demonstram um atraso, outras que já poderiam estar feitas e muitas outras que, se calhar, não seriam prioritárias, mas enfim, é natural, porém considera que estas reuniões descentralizadas servem exatamente para as populações e os autarcas possam ter um conhecimento mais profundo das realidades e dos problemas, para que possam todos contribuir na resolução destes problemas. Reitera que as opções do PS são diferentes, têm projetos políticos diferentes, mas no entanto, aquilo que deve unir todos é a resolução dos problemas que aqui foram colocados. Também é verdade que alguns atrasos de algumas obras, como é o caso do largo da Mitra, muitas vezes resulta de problemas que se fosse o PS ou o PSD à frente da autarquia, se calhar também os teriam de enfrentar, porque por vezes este tipo de questões, são mais complexas do que aparentam,

porém e pelo facto do PS ter um projeto político diferente, também manifesta preocupação por ainda haver tantos quilómetros de aceiros por alcatroar, tantos problemas de saneamento básico, tantos problemas de iluminação pública nas zonas rurais, que não é por culpa do executivo municipal, mas sim da parte da EDP que demora tempo demasiado para resolver os problemas e, isto tudo, é um motivo de preocupação que os autarcas têm e que o PS agradece à população que apresentou problemas que sentem diariamente.

À questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro é dada a seguinte resposta:

_ Largo da Mitra – O **Sr. Presidente** esclarece que, de facto, estiveram no largo da Mitra, há um ano, a apresentar o estudo prévio cujo projeto ficou pronto em abril-maio e estava programado lançar o procedimento, mas entendeu-se que havia condições para candidatar o largo da Mitra ao Portugal 2020, na lógica da intermodalidade e, esse projeto passou a chamar-se ligação do largo adjacente à Rua Infante Dom Henrique, antigo largo da Mitra, à zona central do Pinhal Novo e, por esta via, com a fundamentação que foi feita, em vez do município pagar esta obra a 100%, procurou cofinanciamento. Portanto, a candidatura foi aprovada no final do ano, aliás a 25 de novembro de 2019, foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara o pedido de autorização prévia dos investimentos candidatados ao Portugal 2020 a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo e nessa lista foi colocada a comparticipação municipal, ou seja a metade do custo dessa obra, que não é financiado e, hoje, vão abrir o procedimento. Obviamente, que depois da aprovação do empréstimo, estão reunidas as condições para lançar o procedimento.

Depois, refere que ainda bem que não têm todos as mesmas prioridades e a mesma forma de fazer, mas a forma de fazer da CDU é com estratégia e de forma transparente. Recorda que o Concelho de Palmela tem 465 quilómetros quadrados, 980 quilómetros de caminhos públicos, a maior rede viária que existe e a autarquia de Palmela tem feito muito mais asfaltamento do que alguma vez foi feito nesta e em outras câmaras municipais e, vai fazendo em função da densificação de algumas zonas, da ocupação humana, com construção legal, porque há muitas zonas que têm ainda construção ilegal e, portanto, o investimento vai acontecendo de acordo com os projetos políticos e com as prioridades. Provavelmente, há uns anos, se calhar, diziam que se andava a falar nesta e noutra obra e, passaram 20 anos, elas não foram feitas, mas a preocupação da oposição agora é, felizmente outra que também é a da CDU, ou seja, o facto de não ser possível fazer todas as obras rapidamente, porque todas aquelas que são aprovadas por esta câmara e sufragadas pela maioria da população, que estão no programa de trabalho da CDU, felizmente, estão feitas. Portanto, desafia a oposição, no final do mandato, a questionar se foi ou não feito, mas recorda que deixa também esse julgamento para os cidadãos eleitores e eleitoras.

Depois, também há outras opções que, naturalmente têm condicionado, ao longo dos anos, a intervenção das autarquias, até de algumas forças políticas com responsabilidades no Governo e, portanto, podia seguir agora para essa discussão, mas não é isso que interessa nem à CDU, nem aos munícipes. Em relação à participação dos munícipes é precisamente pelo facto de a CDU não temer e achar que estes espaços são fundamentais que proporciona estas reuniões descentralizadas, algo que não se encontra em autarquias do PS ou do PSD. E quando é necessário redefinir prioridades e alterá-las, mas, sobretudo com uma atitude de compromisso, o dito e o feito e, aquilo que é prometido às pessoas tem de ser feito, na altura certa, no momento certo e quando se reúnem as condições financeiras para o fazer, portanto, fica feliz quando as pessoas apresentam, muito legitimamente, as suas pretensões e os seus problemas e acrescenta que isso não incomoda, aliás essa é a nossa forma de estar da CDU nesta missão da governação local, correspondendo às expectativas legítimas das populações.

RETIRADA DO PONTO 1 DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente propõe** a retirada do Ponto 1 da Ordem do Dia:

PONTO 1 - 2.ª Alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.

Aprovada, por unanimidade, a retirada do Ponto 1 da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Aceitação de doações - ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_04-20:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela apela ao contributo de empresas e instituições, numa lógica de responsabilidade social, para a concretização de iniciativas, em várias áreas de atuação da autarquia, que representam uma mais-valia para a comunidade.

Nesse contexto, foram efetuadas diversas doações em bens e serviços.

Considerando a impossibilidade de reunir o Executivo em tempo útil, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal ratifique a aceitação da doação que a seguir se discrimina:

Entidade	Bens/Valor	Iniciativa
QUINTA DO PILOTO Rua Helena Cardoso, Quinta do Piloto 2950-131 Palmela - Portugal NIF: 508766559	70 garrafas de vinho no valor de 1.116,50 €	Jornadas Internacionais "Terra, Pedras e Cacos do Garb Al Andalus

Mais se informa que a presente doação perfaz a quantia de 1.116,50 € (mil, cento e dezasseis euros e cinquenta cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 02_04-20:

«Dando continuidade ao Programa Mecenaz de Palmela, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite as doações que a seguir se discriminam:

INTERMARCHÉ SUPERPALMELA – Supermercados, Lda. Cabeça do Velhinho Vale de Benções Volta da Pedra 2950-439 PALMELA NIF: 507545362	€ 2.000,00 (dois mil euros)	Centro de Recolha Oficial Animal de Palmela – CROA
PALSER – Bionergia e Paletes, Lda. Zona Industrial Apartado 25 6101-909 Sertã NIF: 502415142	€ 1.000,00 (mil euros) € 1.000,00 (mil euros)	Dia da Árvore Dia Mundial do Ambiente
SLEM – Sociedade Luso Espanhola de Metais, Lda. Palmela Gare 2950-401 Palmela NIF: 501991239	€ 2.000,00 (dois mil euros)	Atividade do Cineteatro São João

Mais se informa que as presentes doações perfazem a quantia de € 6.000,00 (seis mil euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Adesão do Município de Palmela à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.

PROPOSTA N.º GAP 03_04-20:

«A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH) tem por finalidade “promover todas as atividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos municípios portugueses e contribuir para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem”.

Para o cumprimento dos seus objetivos, a APMCH tem estabelecido diversas parceiras, nomeadamente com o Centro Europeu de Riscos Urbanos, O Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, o Instituto Português do Património Arquitetónico, disseminando boas práticas entre os seus associados e contribuindo para a resolução de problemas comuns aos 90 municípios que a integram presentemente.

A Câmara Municipal de Palmela aderiu a esta associação em 2009 e, até 2012, esteve representada nos órgãos sociais e participou regularmente nas suas atividades.

Contudo, a necessidade imperativa de reduzir despesas levou a que fosse deliberada, em reunião de câmara de 05-12-2012, a demissão da condição e associado do município em várias associações, entre as quais a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico.

Recentemente, o Gabinete do Centro Histórico da Câmara Municipal de Palmela encetou uma colaboração com esta associação, no âmbito da racionalização das infraestruturas de comunicação, que se tem revelado bastante útil, tendo evidenciado o papel de referência da APMCH na clarificação e sistematização de informação e disseminação de orientações para a resolução de questões específicas de municípios com centros histórico.

Constatam-se, assim, as vantagens da participação do Município de Palmela numa associação desta natureza que facilita o relacionamento entre os parceiros e otimiza os recursos disponíveis, na prossecução de objetivos comuns em matérias relacionadas com a gestão e revitalização de centros históricos e afigura-se estarem reunidas as condições para que o Município de Palmela volte a integrar a APMCH.

Assim, deixando claro que Município de Palmela não assumirá posição dominante, ou seja, não deterá nem a maioria dos direitos de voto, nem o direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização, nem qualquer outra forma de controlo de gestão (art. 19.º da Lei 50.º/2012) - propõe-se que, nos termos dos artigos 23.º, n.º 2, alíneas e) e n), 25.º, n.º 1, n), e 33.º n.º1, alínea t) do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado como anexo da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 53.º, nº 1, da Lei 50/2012, **se delibere propor** à Assembleia Municipal a adesão do Município,

a partir de 2020, à Associação Portuguesa de Municípios com Centros Históricos, cujos estatutos se anexam, passando a fazer parte integrante da presente proposta, com obrigação, de acordo com o disposto no artigo 11º dos Estatutos, garantir o pagamento de quota anual no montante de 1.070,00 € (mil e setenta euros).

Mais se sublinha que o único encargo social a assumir pelo Município se cingirá exatamente ao pagamento da quota, cujo aludido valor de 1.070,00 € (mil e setenta euros) se encontra já cabimentado e comprometido, sem prejuízo de o seu pagamento, tal como a efetiva adesão à Associação poder ficar condicionado à obtenção de Visto Prévio do Tribunal de Contas.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização.

PROPOSTA N.º GRCH 01_04-20:

«Encontra-se em período de vigência as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo, de tipo simples, que definiram as respetivas Estratégias de Reabilitação Urbana, aprovadas em Assembleia Municipal no dia 28 de junho de 2018 e publicadas em 9 de agosto de 2018 no Diário da República II série, pelo Aviso nº. 10913/2018.

Nos termos do previsto no nº.1 do artigo 20º.-A, do Decreto-Lei 307/09, de 23 de outubro, na redação atual, cabe à entidade gestora da área de reabilitação urbana, neste caso ao Município de Palmela nos termos das ORU's aprovadas, elaborar anualmente um relatório de monitorização o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal, devendo o mesmo ser objeto de publicação no site do município em consonância com a deliberação deste órgão.

Procurando monitorizar o seu desenvolvimento e execução, face aos objetivos definidos, bem como identificar a dinâmica dos privados em função dos incentivos à reabilitação, e determinar potenciais ajustes com vista com vista à melhoria da implementação da Operação de Reabilitação aprovada, é apresentado o relatório correspondente à informação de execução dos primeiros 17 meses das Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho, a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Palmela, publicada através do Aviso nº. 9277/2015 de 20 de agosto e da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pinhal Novo publicada através do Aviso nº.9817/2015 de 28 de agosto.

Sujeita-se assim à deliberação da Câmara Municipal:

1. Aprovar o RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE PALMELA E DE PINHAL NOVO – agosto 2018/ dezembro 2019, em anexo;
2. Ao abrigo do nº 1 do art.º 20-A do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, na atual redação, e do art.º 33º, nº 1 alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal o relatório antes mencionado.

Nos termos do nº. 3 do art.º 20-A do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, na atual redação, o relatório e termos da sua apreciação pela Assembleia Municipal deverão ser divulgados na página eletrónica do município.

Em anexo é apresentado o Relatório de Monitorização das Operações de Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – agosto 2018/ dezembro 2019.»

Sobre a proposta de Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização numerada GRCH 01_04-20 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** em relação à proposta refere que assemelha-se a um relatório sobre o que foi feito relativamente à reabilitação urbana dos 2 centros históricos. Refere ainda que tem algumas dúvidas, nomeadamente na página 11, um gráfico relativo ao centro histórico de Palmela que está relacionado com os edifícios em ruínas, ou seja, aqueles cujo estado é mais grave e que desde 2012 até 2018 há um aumento, de 13 edifícios para 21, por isso pergunta a razão de ser deste aumento e qual a estratégia da autarquia para fazer reduzir este número de edifícios em ruína, que são aqueles que provocam um maior impacto e mais insegurança. Depois, nas conclusões, uma delas que refere o seguinte: “este dinamismo não se tem traduzido no efetivo acionamento dos mecanismos de aplicação do Regime Jurídico da reabilitação urbana, nomeadamente no que se relaciona com os procedimentos/requerimentos de acesso aos benefícios fiscais...” e por isso questiona, neste caso, o que a autarquia e a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho consideram que está a falhar para que se ter chegado a esta conclusão e o que estão a pensar fazer para inverter esta situação, ou seja, este menor dinamismo na aplicação deste Regime Jurídico, sobretudo no acesso aos benefícios fiscais e ao estímulo que se pretende dar à reabilitação dos centros históricos.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que em relação aos prédios em ruínas, obviamente quando se fala de um aumento para 21 edifícios, não significa que são mais 21 do que os anteriormente registados, ou seja, eram 13 e acresceram mais 4. Depois, os edifícios em ruína estão relacionados com o seguinte, o proprietário que, obviamente tem uma responsabilidade de conservação, pois assim é referido no enquadramento legal que, as obras de conservação devem ser feitas de 8 em 8 anos e, isso significa que os proprietários daqueles edificadas não promoveram, ao longo do tempo, essas obras, aliás abandonaram e como tal

estão em ruína. Portanto, em sede de área de reabilitação urbana, tem sido feito pelo Gabinete de Recuperação do Centro Histórico uma tentativa de contactar os proprietários, demonstrar quais são os incentivos e aproveitar para referir que estes incentivos foram divulgados por mupis, outdoors, por sessões de esclarecimento à população e com folhetos colocados nas caixas de correio, mas é óbvio, que nem sempre as pessoas têm disponibilidade financeira para o efeito e, portanto, as políticas de reabilitação urbana, mais do que as políticas locais, começam pelas políticas nacionais e não é só através dos apoios, incentivos fiscais e financeiros que a autarquia coloca à disposição da população, nomeadamente das populações mais idosas e com poucos recursos económicos que é possível fazer face a estas situações. Portanto, muitos desses edifícios estão no mercado imobiliário e tenta-se, obviamente, aos poucos, paulatinamente, tal como o gráfico que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro invocou, a autarquia tem uma outra planta que na sessão de apresentação que está programada com a população e que pode aqui mostrar, que segundo a cor verde, aqui dominante, expressa tudo aquilo que é a reabilitação urbana no centro histórico de Palmela e os prédios em ruína, são de facto, uma ínfima parte deste conjunto, mas ainda assim não significa que não se esteja a trabalhar nestas questões, aliás, o município tem como estratégia continuar esta política de proximidade convocando quem tem meios financeiros para poder reabilitar e quem não tem, obviamente que não vai ser à custa somente dos apoios da autarquia que conseguirá, existindo para esse efeito estratégias de legislação nacional que têm de ser mudadas e refere um desses exemplos, havia um regime de reabilitação excecional, que era muito mais prático e flexível que fora recentemente revogado que, agora em 2019, veio complicar. Portanto, ainda muito existe por fazer pelos próprios responsáveis que governam o país.

Quanto à questão da conclusão, esclarece que as áreas de reabilitação urbana são acompanhadas por um pacote de benefícios e incentivos à reabilitação, entre as quais, reduções e isenções nas taxas urbanísticas, isenções do IMI, reduções no IRS e no IMT, mais-valias e IVA, entre outras. Quando é referido que o procedimento é muito burocrático, significa que a atual legislação para a área de reabilitação urbana tem de ser mais flexível, mais amigável, ou seja, mais atrativa para quem quer reabilitar e, portanto, com uma redução de IVA, fixando a taxa a 6%, que é já muito significativo para as pessoas, também se conclui que muitas reabilitações estão relacionadas com os agentes imobiliários, ou seja pretendem devolver o edificado reabilitado para fins de arrendamento e, para eles a redução do IVA é apelativa e suficiente. Acrescenta ainda que, por mais que a autarquia, nos atendimentos aos agentes imobiliários e aos particulares divulgue todo o pacote de incentivos e, isso pode ser comprovado das próprias fichas de atendimento a quem se dirige ao Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, e numa política de proximidade, entregue este folheto, onde estão identificados todos os incentivos, a verdade é que, para beneficiar de alguns deles, nomeadamente aqueles de âmbito nacional, há muita burocracia, muitos formulários para preencher e, com isso, há muita gente que se demite desse ónus, não fazendo uso dessa

possibilidade, porque consideram suficiente a redução do IVA. O município pretende inverter esta situação, sobretudo, ao nível daquilo que são as políticas de um incentivo municipais, aprofundando essas mesmas políticas, nomeadamente com o financiamento do FIMOC, mas em relação às políticas nacionais, é necessário continuar a reivindicar um regime mais flexível e menos burocrático para a reabilitação urbana.

O **Sr. Presidente** refere que efetivamente, é uma proposta.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** clarifica ainda que esta proposta não é só um relatório, porque é necessária a aprovação deste relatório para submeter à Assembleia Municipal, porque é obrigatório nos termos da lei, ou seja tem de ser aprovado em Assembleia Municipal e será disponibilizado, obviamente no site da Câmara Municipal de Palmela para que todos possam consultar e ver aquilo que tem sido a evolução de reabilitação urbana, após a medida aqui implementada, que são as áreas de reabilitação urbana, com as suas operações de reabilitação urbana, portanto, trata-se efetivamente de uma proposta acompanhada de um relatório de monitorização e, é ao fim de 5 anos que podem rever a própria estratégia que é definida a 10 anos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Projeto do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

PROPOSTA N.º DASU 01_04-20:

«O serviço de abastecimento de água e o serviço de saneamento de águas residuais devem ser bens acessíveis a todos\as, que carecem de ser regidos, através de normas que estabeleçam os direitos e as obrigações existentes entre os\as utilizadores\as e a entidade gestora, clarificando também questões ambíguas, de livre interpretação, ou difícil entendimento, de forma a garantir a correta aplicação dos normativos que regulam as relações entre as partes.

Neste sentido, e de acordo com o disposto no artigo 62º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, as regras de prestação do serviço aos\às utilizadores\as constam do regulamento de serviço, cuja aprovação compete à respetiva entidade titular.

O município dispõe do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do concelho de Palmela, cuja aprovação remonta a 2012, mas que devido às constantes alterações existentes a nível legislativo, carece de atualização.

Deste modo, apresenta-se o projeto de alteração ao Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, onde constam as atualizações consideradas necessárias, de modo a apresentar de forma clara, as regras a aplicar no relacionamento entre os vários intervenientes.

Das diversas alterações propostas, salientam-se as seguintes:

- Inclusão de regras que permitem a transmissão da posição contratual;
- Alteração de algumas normas relativas à estrutura tarifária;
- Alteração das regras que regulam o acesso à tarifa social;
- Alteração de alguns requisitos relativos à faturação;
- Alteração dos critérios relacionados com o pagamento em prestações;
- Inclusão de normas relativas à resolução de litígios e arbitragem e à proteção de dados.

O nº 3 e 4 do artigo 62º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, estipula que após aprovação pelo órgão executivo, será promovido um período de consulta pública, com o prazo de 30 dias úteis através da sua colocação no sítio da internet do município de Palmela e nos locais e publicações de estilo e simultaneamente, sujeito a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Desta forma, ao abrigo das disposições conjugadas do nº 7 do artigo 112º e do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º e da alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 62º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e de acordo com as demais normas habilitantes que se fizeram constar do projeto de regulamento, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o projeto Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, promovendo a sua consulta pública, nos termos da lei, submetendo-o, igualmente, a parecer da ERSAR;
2. E, caso não ocorram alterações ao texto final regulamentar em resultados das consultas desenvolvidas, considerar esta Câmara Municipal desde já aprovado o Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, nos exatos termos consignados para efeitos da sua aprovação final, por deliberação da Assembleia Municipal de Palmela.»

Sobre a proposta de Projeto de Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas numerada DASU 01_04-20 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que trata-se de um regulamento extenso e apesar de considerar importante a sua atualização, mas gostaria de ter tido mais tempo para o poder analisar e como não teve, informa que irá abster-se sobre a presente proposta. Depois, uma vez este regulamento, tal como a proposta indica é feito com base nos regulamentos tipo da ERSAR, questiona se foi feita alguma consulta, ainda que informal, à ERSAR para perceber se esta Entidade Reguladora está de acordo com este regulamento.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que a grande parte das propostas aqui apresentadas, são reproduções das recomendações da ERSAR e dos seus regulamentos e do Regulamento das Relações Comerciais.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona porque foi referido que se tratava de uma adaptação.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que mencionou adaptação, porque o regulamento prevê uma adaptação à realidade, ou seja, inclui propostas dos serviços municipais da autarquia que advêm de um conhecimento prático da aplicação do atual regulamento, nomeadamente na questão do pagamento faseado, mesmo para quem não tem carência económica e do alargamento do prazo para o pagamento em prestações, que são questões que estão relacionadas com as necessidades que têm vindo a ser sentidas pelos serviços e, tudo o resto, se fizerem a comparação com os regulamentos da ERSAR, quer para as águas residuais, quer para as águas de abastecimento e para o próprio regulamento das relações comerciais entre a Entidade gestora e os clientes, estão aqui plasmados, sendo que poderá constar alguns lapsos e por isso refere que é possível que haja um ou outro reparo da Entidade reguladora, mas, como disse, neste período de discussão pública, esta proposta de regulamento segue para a ERSAR para emissão de parecer.

O **Sr. Presidente** refere que a proposta de regulamento ainda vai para consulta pública e os eleitos também poderão participar e apresentar propostas de alteração e não só em reunião de Câmara.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) – Início de discussão pública.

PROPOSTA N.º DAU 01_04-20:

«Com a publicação do D.L. 14/2019, de 21 de janeiro, que introduz alterações à gestão do Sistema Nacional de Proteção das Florestas contra Incêndios (SNDFCI), publicado pelo DL

124/2006, de 28 de junho, foram aditados aperfeiçoamentos ao regime em vigor desde 2006, com particular atenção aos condicionalismos aplicáveis à edificação em áreas confinantes com espaços florestais. A par com o reforço das cautelas e exigências legalmente estabelecidas, o D.L. 14/2019 clarifica algumas regras quanto a distâncias mínimas, faixas de gestão de combustível e procedimentos de análise de risco destinados a atenuar o perigo de incêndio e conter possíveis fontes de ignição.

Assim, esta alteração legislativa procura clarificar o regime de edificação, atenta a classificação do território em função dos critérios de avaliação do índice de perigosidade de incêndio rural, possibilitando o exercício de certas atividades económicas essenciais para o desenvolvimento local e permitindo a sua localização fora de áreas consolidadas, desde que cumpridos exigentes requisitos de segurança e após parecer favorável da comissão municipal de defesa da floresta.

Neste contexto a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Palmela determinou, no seu Regimento, quais os documentos instrutórios a solicitar para os procedimentos urbanísticos sujeitos às normas do SNDFCI, elementos estes a integrar a competente regulamentação municipal, concretamente no Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Palmela (RUEMP).

Nos termos do Art.º 3º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro (RJUE), os Municípios, no exercício ao seu poder regulamentar próprio devem aprovar regulamentos com o objetivo de concretização e execução deste regime, designadamente:

"d) Disciplinar os aspetos relativos à segurança, funcionalidade, economia, harmonia e equilíbrio socio ambiental, estética, qualidade, conservação e utilização dos edifícios, suas frações e demais construções e instalações;

e) Fixar os critérios e trâmites do reconhecimento de que as edificações construídas se conformam com as regras em vigor à data da sua construção, assim como do licenciamento ou comunicação prévia de obras de reconstrução ou de alteração das edificações para efeitos da aplicação do regime da garantia das edificações existentes;

(...)

j) Regular outros aspetos relativos à urbanização e edificação cuja disciplina não esteja reservada por lei a instrumentos de gestão territorial."

Deliberada que foi, com esse objetivo, a 6-11-2019 a Abertura do Procedimento de Alteração ao RUEMP, concedendo-se o prazo de 10 dias para a constituição de interessados e decorrido o prazo estipulado, não houve lugar à constituição de qualquer interessado.

A alteração ao RUEMP consiste na criação de um novo Artigo, o *13.º-A- Enquadramento das Operações Urbanísticas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI)*

nele materializando as exigências em causa. Este Artigo, cuja redação consta na ficha técnica anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, visa incluir, nos elementos instrutórios para procedimentos urbanísticos, a informação necessária à instrução dos pedidos de parecer junto da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Propõe-se assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112º, n.º 7 e 241º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 25º, n.º 1, alínea g) e do artigo 33º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o artigo 3º do RJUE e de acordo com as demais normas habilitantes que constam na supracitada ficha técnica em anexo:

- A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto de alteração ao Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela, consubstanciado na introdução do novo Artigo 13.º-A- Enquadramento das Operações Urbanísticas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI);
- A sua sujeição a discussão pública, nos termos do artigo 3.º, n.º 3 do RJUE.
- E caso não ocorram alterações ao texto final regulamentar, em resultado da discussão pública e audição de interessados, considerar esta Câmara Municipal desde já aprovada a alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela, para efeitos da sua aprovação final por deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, ao abrigo da alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) – Início de discussão pública numerada DAU 01_04-20 intervém:

O **Sr. Presidente** refere que a proposta pretende verter para o RUEMP, estas novas normas e também a metodologia processual e de apreciação que envolve muitas entidades.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 8 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos - Adjudicação.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_04-20:

«Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 05 de dezembro de 2019, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo

bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 18 de dezembro de 2019, a consulta para apresentação de proposta às seguintes entidades bancárias:

- Banco Português de Investimento;
- Banco Santander Totta;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Crédito Agrícola;
- Millennium BCP;
- Montepio Geral;
- Novo Banco.

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 16:30 do dia 10/02/2020.

À consulta efetuada submeteram proposta para apreciação, pela ordem que se indica no quadro seguinte, as entidades:

Nome	Data e hora
Millennium BCP	07/02/2020 10:10
Montepio Geral	07/02/2020 12:20
Caixa Geral de Depósitos	10/02/2020 14:48
Banco Santander Totta	10/02/2020 15:00
Banco Português de Investimento	10/02/2020 16:00
Crédito Agrícola	10/02/2020 16:06
Novo Banco	10/02/2020 16:36

A abertura de propostas ocorreu no dia útil seguinte, tendo-se nesse mesmo dia procedido à disponibilização das propostas a todos os concorrentes.

A proposta apresentada pelo NOVO BANCO foi entregue fora do prazo estabelecido para o efeito, às 16:36 quando o limite máximo definido era 16:30 do dia 10/02/2020.

As restantes propostas cumprem todos os requisitos exigidos na consulta efetuada, nomeadamente:

- Natureza do empréstimo: empréstimo de médio e longo prazo;
- Montante: 4.001.722€;
- Finalidade: financiamento do Plano Plurianual de Investimentos;
- Prazo Global: 15 anos;
- Prazo de Utilização: 2 anos;
- Prestações: constantes de capital e juros;
- Pagamentos: semestrais;
- Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses;

- Comissões: isento;
- Liquidação antecipada: possibilidade de amortização do empréstimo, sem penalização.

Apresentando as propostas todos os requisitos exigidos na consulta, o que as irá diferenciar será o spread.

Nome	Spread	Ordenação
Millennium BCP	1,75%	6.º
Montepio Geral	0,59%	3.º
Caixa Geral de Depósitos	0,50%	2.º
Banco Santander Totta	1,50%	5.º
Banco Português de Investimento	0,70%	4.º
Crédito Agrícola	0,388%	1.º
Novo Banco	1,15%	Excluir

De acordo com o estipulado no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o município de Palmela cumpre o limite da dívida total, conforme se constata pela aferição da dívida total no 4.º trimestre de 2019, detendo, naquela data, uma margem utilizável de endividamento de 10.663.992€.

Aferição da Dívida Total (4.º trimestre) – extraído da DGAL

1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida cobrada	2016	(1)	39.335.083
	2017	(2)	40.689.307
	2018	(3)	43.781.937
Média da Receita Corrente	(4)=(1+2+3)/(3)		41.268.776
Limite dívida total	(5)=(4)*1,5		61.903.164
2. Endividamento	(6)		8.583.204
3. Margem total disponível	(7)=(5)-(6)		53.319.960
4. Margem utilizável	(8)=(7)*20%		10.663.992

Apresentando o Município margem disponível para aumentar a dívida total, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2016, de 3 de setembro:

1. a exclusão da proposta apresentada pelo NOVO BANCO por não ter sido entregue fora do prazo estabelecido para o efeito;
2. a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante máximo de 4.001.722 € (quatro milhões e um mil, setecentos e vinte e dois euros), ao Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado), por apresentar as condições financeiras mais favoráveis, menor spread e consequentemente menores encargos financeiros, nas condições e termos da proposta apresentada.»

Sobre a proposta de Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação numerada DAFRH_DFA 01_04-20 intervém:

O **Sr. Presidente** acrescenta que a informação técnica é clara, foi das melhores condições para o concurso e, portanto, trata-se de adjudicar enquanto os juros estão baratos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020».

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 02_04-20:

«Considerando que:

- Em reunião da Assembleia Municipal realizada em 5 de dezembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal deliberada na reunião de 25 de novembro de 2019, foi aprovado o pedido de autorização prévia dos investimentos candidatados ao «Portugal 2020» a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo através da «Linha BEI PT2020 – Autarquias» (quadro 1), conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais);

QUADRO 1 - Designação		Valor Empréstimo
1.	Requalificação do Monte do Francisquinho em Pinhal Novo	377.000,00 €
2.	Requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho	364.000,00 €
3.	Requalificação da Capela de S. João Batista	195.000,00 €
4.	Requalificação do antigo edifício PAL	123.000,00 €
5.	Requalificação do antigo edifício da GNR	187.000,00 €
6.	Implementação de Sistema de Controlo de Perdas de Água	180.000,00 €
7.	Remodelação do Jardim José Maria dos Santos, articulação com o antigo largo da Mitra, em Pinhal Novo Sul	258.733,00 €
8.	Ligação do largo adjacente à Rua Infante D. Henrique (antigo largo da Mitra) à zona central de Pinhal Novo	69.263,00 €
9.	Requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó	51.075,00 €
10.	Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura	198.172,00 €
11.	Requalificação do Antigo Polidesportivo do Poceirão	275.000,00 €
12.	Eficiência energética em edifícios municipais	410.153,00 €
13.	HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial - Concelho de Palmela	550.000,00 €
14.	PRARRÁBIDA CAFA - Castelos e Fortalezas da Arrábida	192.500,00 €
TOTAL		3.430.896,00 €

- Embora o recurso à «Linha BEI PT2020-Autarquias» seja concretizado através de candidatura submetida na plataforma PT2020, os contratos a celebrar (um por candidatura)

são ainda assim sujeitos aos procedimentos definidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente quanto à obrigatoriedade de o pedido de autorização a submeter a deliberação da Assembleia Municipal ser acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito;

- Apesar de, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o presente empréstimo não contribuir para a capacidade de endividamento, o Município de Palmela dispõe atualmente de uma margem de endividamento de cerca de 10,7 milhões de euros para o ano de 2020, valor suficiente para acomodar este novo empréstimo caso não estivesse isento, mesmo deduzindo o montante a comprometer com o empréstimo destinado a financiar o plano plurianual de investimentos, -em fase de contratação -, conforme se constata pela aferição da dívida total no 4.º trimestre de 2019 (quadro 2);

Quadro 2 - Aferição da Dívida Total (4.º trimestre) – extraído da DGAL

1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida	2016	(1)	39.335.083
	2017	(2)	40.689.307
	2018	(3)	43.781.937
Média da Receita Corrente		$(4)=(1+2+3)/(3)$	41.268.776
Limite dívida total		$(5)=(4)*1,5$	61.903.164
2. Endividamento		(6)	8.583.204
3. Margem total disponível		$(7)=(5)-(6)$	53.319.960
4. Margem utilizável		$(8)=(7)*20\%$	10.663.992

Face ao exposto **propõe-se**, nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com alínea f) do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro (aprova o regime jurídico das autarquias locais), a consulta das seguintes entidades bancárias:

- BEI – Banco Europeu de Investimentos (Linha BEI PT 2020 – Autarquias);
- Crédito Agrícola;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Montepio Geral;

para apresentação de proposta de contração de um empréstimo no valor de 3.430.896,00€, com as seguintes condições:

- Natureza do empréstimo: empréstimo de médio e longo prazo;
- Montante: 3.430.896,00 €;
- Finalidade: Financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020»;
- Prazo Global: 15 anos;
- Prazo de utilização e de carência: 2 anos;
- Utilização do Empréstimo: 3 tranches;

- Amortização de capital: Pagamentos semestrais constantes;
- Juros: Pagamentos semestrais e postecipados;
- Taxa de Juro: Indexada à Euribor a 6 meses;
- Comissões: Isento;
- Liquidação Antecipada: Possibilidade de amortização do empréstimo, total ou parcial, sem qualquer penalização.

A adjudicação do presente empréstimo bancário será efetuada à entidade bancária cuja proposta, cumprindo as condições enunciadas, acarrete, no global, o menor volume de encargos financeiros para o município.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Concurso público para “Prestação de serviços de gestão de resíduos no concelho de Palmela – Abertura de procedimento”.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 03_04-20:

«A recolha e transporte até ao local de deposição final dos resíduos urbanos (RU) ou a estes equiparados, produzidos na respetiva área geográfica, é uma das atribuições das Câmaras Municipais.

Anualmente, a Câmara Municipal de Palmela emprega consideráveis recursos com o plano municipal de ações, por administração direta, na área da limpeza e higiene urbana do concelho. Ainda assim, o investimento efetuado, quer nas equipas de pessoal empregues como no conjunto de viaturas e equipamentos próprios alocados (aliás, de desgaste rápido), têm-se revelado insuficiente face ao sistemático incremento das exigências subjacentes a esta competência municipal.

Neste contexto, para colmatar as carências acima referidas tem-se recorrido à contratação externa.

Atendendo a que se aproxima a caducidade do atual contrato de prestação de serviços, torna-se imperativo iniciar um novo procedimento pré-contratual.

Face ao acima exposto, **propõe-se:**

1. Que seja autorizada a abertura de concurso público para “Prestação de serviços de gestão de resíduos no Concelho de Palmela”, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
2. Que a prestação de serviços tenha a duração de 19 meses;
3. Que seja aprovado o preço base (global) do procedimento, no valor de 1.872.165 euros;
4. Que sejam aprovados o programa de concurso e o caderno de encargos, em anexo;
5. A nomeação do júri, constituído por:

- Maria Filomena Henriques Raposo (presidente)
- Maria Jacinta Merca Pereira (vogal)
- Cátia Marisa Aleixo Gomes (vogal)
- Rui Jorge Carromeu Silva (vogal suplente)
- Anabela dos Santos Henriques e Sousa (vogal suplente)
- Maria da Graça Gonçalves Nunes Moura (vogal suplente)

(Anexam-se as declarações de inexistência de conflitos de interesse)

O 1.º vogal substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

6. Que ao abrigo do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no júri as competências atribuídas pelo referido diploma ao órgão competente para a decisão de contratar, sem prejuízo do disposto na parte final do n.º 2 do artigo 69.º do mesmo Código;
7. A designação do gestor do(s) contrato(s): Maria Filomena Henriques Raposo (Chefe da Divisão de Serviços Urbanos).

O objeto do procedimento é composto por 3 lotes, que são constituídos pelos seguintes serviços:

1. Lote A

- Serviço 1 – Remoção de RU e manutenção de contentores em Palmela, Aires, Padre Nabeto, Quinta do Anjo e Cabanas;
- Serviço 2 – Remoção de RU e manutenção de contentores nas unidades económicas.

2. Lote B

- Serviço 3 – Remoção de monos, verdes e outros resíduos;
- Serviço 4 – Serviço de colocação e remoção de caixas de 6 m³ e de 20 m³;
- Serviço 5 – Serviço de recolha e transporte de sacões de 1 m³ de capacidade.

3. Lote C

- Serviço 6 – Serviço de lavagem e desinfeção de contentores, incluindo a remoção prévia de RU e limpeza do local de instalação dos contentores.»

Sobre a proposta de Concurso público para “Prestação de serviços de gestão de resíduos no concelho de Palmela – Abertura de procedimento” numerada DAFRH_DFA 03_04-20 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que tem sido falado com muita frequência, aliás, ainda hoje, os munícipes colocaram aqui questões sobre a recolha de lixo e também muitas das vezes

se tem procurado empurrar este problema para a Amarsul, portanto, considera que nem todos os problemas que existem no concelho são da responsabilidade da Amarsul. Considera que um dos instrumentos que o município tem para resolver esses problemas está relacionado com a forma como fazem os concursos públicos, as exigências que são colocadas nos concursos públicos e aquilo que é exigido ao futuro prestador de serviços, por exemplo, aqui nesta proposta existem questões que lhe suscitam alguma perplexidade e com as quais não pode concordar, nomeadamente a questão dos horários de recolha, que considera ser uma das questões mais importantes e, que apesar concordar com o que está proposto para Quinta do Anjo e Cabanas, com um horário de recolha entre as 21 horas e as 5 horas, mas depois em tudo resto, admite-se que possa ir até às 13 horas, ou seja, o período da manhã, particularmente no centro da vila de Palmela prevê-se que seja feito até às 13 horas. Depois, uma outra questão que está relacionada com a frequência da recolha, pois não percebe o racional de uma frequência tão pequena, isto é, nada tem a opor que decorra 6 vezes por semana na vila de Palmela, mas existem algumas situações a ter em conta, a vila de Palmela tem uma estimativa de população residente de 5280, de acordo com o que está previsto na página 8 do caderno de encargos. A estimativa da população para a Quinta do Anjo é de 5300, portanto, até mais do que na vila de Palmela, mas só se propõe para a Quinta do Anjo uma recolha 4 vezes por semana, menos um terço daquilo que está previsto para a vila de Palmela, com uma população residente que se estima ser equivalente à de Quinta do Anjo. Também a localidade de Cabanas com uma estimativa de 2382, com uma frequência de recolha de apenas 3 vezes por semana, Aires e Padre Nabeto com uma frequência de recolha de 4 vezes por semana, pelo que considera que são zonas cuja frequência exigida no caderno de encargos que fica aquém daquilo que acha ser necessário. Refere ainda que percebe onde é que a autarquia quer chegar, mas o problema já se coloca nos diversos orçamentos e é sempre proposto no Plano de Atividades, tendo sido já proposto em 2019 e agora para 2020, a recolha porta a porta, que no 5.1.7, na página 9, onde se admite a redução da área de recolha, nomeadamente em Aires, Padre Nabeto e Quinta do Anjo, que é onde pode ser implementada a recolha porta a porta, mas é colocado de forma tão ambígua que pode vir a criar conflitos e outras questões com o futuro prestador de serviços. Também muitas outras questões existem no caderno de encargos, nomeadamente a frequência em relação à recolha de monos em alguns sítios, que nalguns considera adequado, e noutros acha que fica aquém, ou seja, tendo em conta a dimensão do concelho e os grandes problemas que têm tido na recolha de lixo, considera que se devia exigir um maior rigor, sobretudo, uma maior frequência da recolha nas áreas do concelho que referiu.

O **Sr. Presidente** esclarece que foram os serviços municipais que fizeram esta proposta porque conhecem melhor que ninguém, as toneladas, as frequências, onde são necessários reforços e sabem aquilo que é possível fazer com o orçamento disponível do município para estas prestações de serviços ao exterior e, não estão presentes nesta proposta os circuitos que

são feitos pelo município, ou seja, aqui estão apresentados os serviços que se pretende adquirir ao exterior. Está aqui apresentado um reforço e também outras prestações de serviços em função de outras situações que vão experimentar ainda este ano. Depois, nem tudo está relacionado com o número de população de cada localidade, até porque nem todas têm os mesmos hábitos de consumo e está relacionado, sobretudo, com o sistema contentorização que exista, porque existem zonas de baixa densidade, zonas com contentores de 800 litros e outras com contentores de 1100 litros, portanto, o estudo que foi feito, menciona as frequências de recolha e também a estimativa de toneladas que é, de facto, um fator que tem mais importância, uma vez que cada vez são recolhidas mais toneladas, até naqueles períodos em que há mais problemas, quando os prestadores de serviços também falham, em períodos que os equipamentos avariaram, sejam eles dos prestadores de serviços ou da autarquia, portanto, estes valores resultam dos dados mais recentes da experiência que têm das toneladas que recolhem e até já está aqui uma margem de crescimento. Considera que, neste momento, há uma evolução em relação ao anterior caderno de encargos e, nesta matéria, no sentido de procurar dar resposta a um fenómeno crescente, sobretudo, quando se regista um maior consumo, mais população, mais atividade económica, mais despejos ilegais. Além disso, atualmente, muitos dos utilizadores que depositam resíduos na contentorização nos espaços que estão destinados à população são agentes económicos quer deste concelho, quer fora do concelho que nem sequer nem pagam este serviço e, também esta questão terá de ser tratada ao nível da fiscalização e da atuação do SEPNA, como têm vindo a contratualizar, sobretudo na área dos monos.

Considera ainda que este caderno de encargos foi devidamente discutido, resulta da experiência que têm e até dos conflitos que têm com os prestadores de serviços, foi também analisado num quadro de apreciação jurídica do procedimento, da proposta, da contratação e, neste momento, espera que o prestador de serviços não venha a ter nenhum problema, como por vezes acontece com muitas empresas. Portanto, espera ter conseguido tranquilizar o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, sobretudo, nesta forma de aferir o nível de serviço, porque, de facto, os territórios são diferentes, aliás se fosse apenas pelo número de contentores, é diferente recolher de 50 contentores no concelho de Palmela do que recolher 50 contentores na freguesia de Águas de Moura, portanto, também esta questão está relacionada com outras variáveis, com os quilómetros que são feitos e, portanto, acredita que esta proposta procura ter em consideração a experiência que o município tem tido nos anos anteriores com os prestadores de serviço, aquilo que importa melhorar, para tornar um contrato mais atrativo e aquilo que se considera que é necessário reforçar, porque havia zonas onde o circuito dos monos era apenas uma vez por semana e aí está, de facto, relacionado com a densidade populacional, porque é evidente que não se faz a recolha diariamente, em zonas dispersas, uma vez que os contentores não se enchem diariamente como lixo doméstico normal.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** entende a explicação do Sr. Presidente, mas considera que a questão da frequência é mais importante, porque a vila de Palmela tem uma estimativa de 7 a 8 toneladas, com 190 contentores de 800 e 1100 litros, tem uma frequência de 6 dias por semana, mas a Quinta do Anjo, tem 196 contentores, portanto, mais 6 contentores, tem, em média, uma tonelagem de recolha superior, porque vai de 8 a 9 toneladas, e tem só tem 4 dias de recolha por semana, portanto esta é a dúvida.

O **Sr. Presidente** refere que houve alturas em que Quinta do Anjo só teve três vezes por semana e se as 4 têm-se revelado suficientes, aliás os problemas que têm surgido na recolha, não estão relacionados com esta periodicidade. Os problemas que foram registados na recolha, até mesmo com os prestadores de serviços, está relacionada com as avarias dos carros e também com a falta de pessoal.

Por solicitação do Sr. Presidente, intervém o Sr. Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos para prestar os seguintes esclarecimentos:

. Esclarece que a dúvida do Sr. Vereador Paulo Ribeiro é válida, mas não se deve restringir ao quadro que consta na página 8, mas também ao quadro que conta na página 7, porque as quantidades de contentores e as frequências estão definidas na página 7 e, de facto, é na vila de Palmela que a recolha é feita 6 vezes por semana, na zona urbana da vila, as zonas de Palmela, como a Serra Grande, a Vila Serrinha, Aires, Vila Palma e Padre Nabeto, têm também uma frequência de 4 vezes por semana. Esta questão prende-se com o facto da capacidade de deposição que têm na vila de Palmela, até pelas características que tem, sobretudo a zona do centro histórico, porque o espaço público não permite ter o número de contentores necessários, ou seja, não tem capacidade de encaixe como existe noutras zonas do concelho.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que isso também acontece em muitas zonas da Quinta do Anjo.

O **Sr. Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos** refere que apesar disso, a zona de Quinta do Anjo, não tem zonas assim tão concentradas e não tem uma área tão vasta como a vila de Palmela. Porque, se apenas olhar para o quadro da página 8, de facto é induzido nessa dúvida, mas a questão da frequência está definida no quadro da página 7.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que que o quadro da página 7 ainda aumenta mais a questão que colocou, porque na vila de Palmela, zona urbana, tem 6 vezes por semana e depois quando junta a Serrinha, a Vila Palma, a Serra Grande é que chegam aos 196 contentores, ou seja, a vila de Palmela vai ter menos 6 contentores que a Quinta do Anjo, que tem 196.

O **Sr. Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos** esclarece que não está relacionado com o número de contentores, mas sim, com a capacidade da área.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** interrompe para dizer que a Quinta do Anjo tem sempre mais contentores e mais produção de lixo que a vila de Palmela.

O **Sr. Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos** refere que não, esclarece que quando se refere à Quinta do Anjo, é na globalidade, ou seja, não apenas a área da aldeia, mas toda a área envolvente, enquanto Palmela tem as áreas desagregadas, por isso não se deve fazer essa comparação direta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que por isso é que fazendo esta comparação direta ainda torna a questão mais gravosa para a zona da Quinta do Anjo.

O **Sr. Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos** reitera que não e esclarece que está a ver a questão ao contrário. Acrescenta que este caderno de encargos, nomeadamente no lote B, na recolha de monos, tem um ajuste significativo relativamente ao caderno de encargos anterior, porque este refere apenas as quantidades reduzidas e os dados estatísticos do histórico daquilo que é recolhido nos circuitos feitos por administração direta e aquilo que o prestador de serviços também faz, ou seja, neste caso, são 700 toneladas de recolha de resíduos por mês enquanto o caderno de encargos anterior mencionava apenas em 400 e, portanto, trata-se de um aumento muito significativo e corresponde, de facto, à realidade aos dados estatísticos que têm.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 11 – Palmela Desporto, E.M. – Proposta de novos preços para a Época Desportiva de 2019/2020 – Ginástica Pré Parto e Pós Parto – sentido de voto do Município.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_04-20:

«A empresa municipal Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda., pretende diversificar as suas fontes de financiamento e de atividades a disponibilizar aos seus utentes.

Pretende a empresa municipal praticar os valores a seguir indicados:

1. Ginástica Pré Parto e Pós Parto (valores mensais, IVA incluído):
 - a) Mensalidade, 1 vez por semana – 22,00 €;
 - b) Meia Mensalidade (quinzena), 1 vez por semana – 11,00 €;

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos estatutos supra referenciados, que o sentido de voto do representante do Município seja de aprovação dos valores indicados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Proposta de novos preços para a Época Desportiva de 2019/2020 – Ginástica Pré Parto e Pós Parto – sentido de voto do Município numerada DCDJ 01_04-20 intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** congratula-se com mais o surgimento de mais uma atividade no conjunto de atividades que a Palmela Desporto desenvolve na área do desporto que não encontram nenhuma correspondência, termos de serviço público, nos concelhos mais próximos, portanto, esta questão da diversificação da atividade dentro do que é o desporto, de facto, tem constituído uma tentativa de equilibrar as contas da Palmela Desporto, que tem sido uma discussão que têm tido ao longo do tempo, no entanto reconhecem os méritos da diversificação, dentro da atividade do desporto, mas considera, até na sequência da última reunião que tiveram, que a diversificação das áreas de intervenção da empresa municipal começam a estar em cima da mesa, portanto, o PS nada tem a opor em relação a esta proposta e votará favoravelmente, cientes que a discussão terá de se centrar, até pelo que indicia a primeira metade da auditoria que foi adquirida, na diversificação das áreas de intervenção, quiçá extrapolando o desporto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Carnavalesco Amigos de Baco de Pinhal Novo para a realização do Carnaval 2020.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_04-20:

«O Corso de Carnaval de Pinhal Novo, principal iniciativa organizada pelo Grupo Carnavalesco Amigos de Baco, continua a ter um papel importante nas atividades realizadas na freguesia.

O público que mobiliza (cerca de 3000 em 2019) e o número de participantes e associações da freguesia que participam no desfile realizado habitualmente na terça-feira de carnaval, tornou-se já uma atração nesta época de festejos.

Para o corrente ano, solicitaram apoio ao Município para fazer face às diversas despesas que envolve a organização do Corso Carnavalesco, nomeadamente os licenciamentos (SPA e PassMusica), o policiamento e a aquisição de materiais para o cortejo.

Esta iniciativa atrai à Vila de Pinhal Novo muitos visitantes na terça-feira de Carnaval e a sua realização é já uma referência na região, sendo importante o apoio municipal para a dignificar e valorizar, tendo já esta Câmara Municipal, decidido ceder temporariamente uma área do domínio público municipal para a instalações de pavilhões comerciais durante o período de Carnaval.

Considerando os custos associados à realização da iniciativa, **propõe-se** a atribuição de apoio financeiro ao Grupo Carnavalesco Amigos de Baco de Pinhal Novo, no valor de € 1.000,00 (mil euros), em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os necessários aos apoios logísticos que garantam a realização da atividade.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 13 – Contrato-Comodato entre o Município e a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo e a Associação das Festas de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_04-20:

«O edifício do antigo Posto da Guarda Nacional Republicana em Pinhal Novo tem sido utilizado, desde a saída desta força policial, como equipamento de apoio a atividades realizadas na zona do Jardim José Maria dos Santos e Praça da Independência, como é o caso do FIG – Festival Internacional de Gigantes, das Festas Populares de Pinhal Novo ou do Mercado Caramelo.

Nesse contexto, o imóvel tem vindo a servir de sede da Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura local, por cedência informal, e da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo por contrato de comodato estabelecido em 2009.

No sentido de se formalizar a cedência do imóvel às duas entidades e definir as competências de cada uma delas e reconhecendo o importante trabalho que ambas desenvolvem para a comunidade pinhalnovense, **propõe-se**, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alíneas g) o) e u) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de contrato de comodato entre o Município e aquelas entidades, em

anexo e parte integrante da presente proposta, a incidir sobre o referido imóvel, prédio sito no Largo José Maria dos Santos, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 8304, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11209, da freguesia de Pinhal Novo, com valor patrimonial tributário de € 111.270,00.

Com o início do presente contrato revoga-se o anterior contrato de comodato celebrado entre a Comodante e a Primeira Comodatária, datado de 9 de setembro de 2009.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca da uma hora e um minuto do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco